



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

KELVIN DE ALMEIDA SACRAMENTO

**CONJUNTO BEIRA-RIO: HABITAÇÃO POPULAR ÀS MARGENS DO RIO
AMAZONAS**

SANTANA – AP
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

KELVIN DE ALMEIDA SACRAMENTO

**CONJUNTO BEIRA-RIO: HABITAÇÃO POPULAR ÀS MARGENS DO
RIO AMAZONAS**

Trabalho apresentado ao curso de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal do Amapá como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Jodival Maurício da
Costa

Co-orientadora: Prof. MsC. Patrícia
Takamatsu

SANTANA – AP
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

720

S123c Sacramento, Kelvin de Almeida.

Conjunto beira-rio: habitação popular às margens do rio Amazonas / Kelvin de Almeida Sacramento; orientador, Jodival Maurício da Costa; Co-orientador, Patrícia Takamatsu. – Santana, 2015.

100 p.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Fundação
Universidade Federal do Amapá, Coordenação do curso de Arquitetura.

KELVIN DE ALMEIDA SACRAMENTO

CONJUNTO BEIRA-RIO: HABITAÇÃO POPULAR ÀS MARGENS DO
RIO AMAZONAS

Monografia apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel e Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: ____ / ____ / _____

Banca Examinadora

Dr. Jodival Mauricio da Costa – Orientador

Ms. José Marcelo Martins Medeiros

Ms. Pedro Tarcio Pereira Mergulhão

Santana - AP
2015

A todos aqueles, que assim como eu, sonham – talvez utopicamente – com uma cidade mais digna e justa para todos. Sobretudo, a mais sonhadora e minha fiel incentivadora, Rosilene Almeida, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, minha fonte de fé e minha força na busca por meus objetivos. A minha família, em especial aos meus pais, Paulo Sergio Sacramento e Rosilene Almeida, que sempre incentivaram minha formação, ensinando que a educação é o melhor caminho a ser seguido.

Ao meu orientador, professor e amigo Dr. Jodival Mauricio da Costa, que abraçou esta pesquisa e que tanto me ensinou nestes últimos anos.

A professora MsC Patricia Takamatsu, que aceitou me co-orientar e que tanto contribuiu para este trabalho final.

A todos os professores do colegiado de Arquitetura e Urbanismo.

Aos meus amigos que me acompanharam nesta trajetória acadêmica, sobretudo a Jullianne Tunari – a eterna parceira de projeto –, Caio Cesar e José Soares. À Valdelicer Fonseca, grande amiga que acompanhou nas pesquisas acadêmicas. Vocês fizeram esta trajetória ser mais fácil pela incomparável amizade que criamos.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao amigo e companheiro Frank Palmerim, que me incentivou, sempre estando disposto a fazer o possível pra ajudar nos diversos momentos de minha formação.

A cada um de vocês,

Muito Obrigado!

“Para mim, enfim, a qualidade de uma boa arquitetura não depende tanto do talento, mas da formulação correta do problema a ser resolvido”

Alejandro Aravena

RESUMO

A presente pesquisa centra-se em investigar como se configura o espaço urbano do Araxá, especificamente na orla do bairro e a relação dos moradores com este ambiente. O trabalho busca estudar se as atuais propostas de intervenção que envolvem a área de estudo e as famílias que ali residem estão em consonância com o anseio da população local. Para tal, caracterizou-se a área de estudo quanto a infraestrutura urbana, fez-se entrevista com os moradores locais para caracterização dos mesmos no que diz respeito às questões socioeconômicas, além de perceber a relação dos habitantes da área com o local e se há satisfação com a atual proposta de intervenção pensada pelo Estado. Precedente à caracterização da área, estudou-se o processo de urbanização das cidades, ocupação da Amazônia e as principais transformações no espaço amapaense, a fim de compreender o surgimento de espaços desiguais, oriundos do crescimento urbano das cidades, através de revisão bibliográfica. Concluiu-se que as atuais propostas não representam os anseios dos moradores da área, neste sentido, a presente monografia também apresenta uma proposta arquitetônica e urbanística que visa se aproximar do desejo e características da comunidade local.

Palavras-chave: urbanização; planejamento urbano; habitação; Aturiá.

ABSTRACT

This research aims to study the urban area on the shores of the Amazon River in the Araxa neighborhood in the city of Macapa, Amapá capital. The work studies if current policy proposals that involve the study area and the families residing there are in line with the desire of the local population. To this end, characterized the study area as the urban infrastructure, was made interview with locals to characterize the same with regard to socioeconomic issues, and understanding the relationship of the inhabitants of the area with the site and if there satisfaction with the current proposal of intervention proposed by the State. Previous to the characterization of the area, studied the process of urbanization of cities, Amazon occupation and the main changes in the Amapá space in order to understand the emergence of unequal spaces, coming from the urban growth of cities, through literature review. It was concluded that the current proposals do not represent the wishes of the residents of the area, in this sense, this monograph also presents an architectural and urban proposal to approach the local community's desire and features.

Keywords: urbanization; urban planning; housing.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 01: Núcleo inicial de Belém, início do século XVII | |
| Figura 02: Belém no final do século XVII | 24 |
| Figura 03: Fortificações erguidas na Amazônia até o final do século XVIII | 25 |
| Figura 04: Mapa da Amazônia com as vilas fundadas até o século XVIII | 26 |
| Figura 05: Desenho da Vila de São José de Macapá em 1761 | 26 |
| Figura 06: Habitações no igarapé do educando, Manaus – AM | 27 |
| Figura 07: Planta da povoação antiga de Macapá em 1754 | 29 |
| Figura 08: Planta do desenho proposto pra Macapá em 1754, após a vinda de Mendonça Furtado. | 31 |
| Figura 09: Área de ressaca em Macapá | |
| Figura 10: Localização da área de estudo | 31 |
| Figura 11: Mapa do bairro: delimitação da área de estudo | 33 |
| Figura 12: Uso e ocupação do solo | 44 |
| Figura 13: Altura das edificações | 45 |
| Figura 14: Cheios e vazios urbanos | 48 |
| Figura 15: Mapa de hierarquia viária do bairro | 49 |
| Figura 16: Vias do bairro | 50 |
| Figura 17: Tipo de via: palafitas | 51 |
| Figura 18: Tipo de via: vielas/becos | 52 |
| Figura 19: Mapa dos elementos naturais do bairro | 53 |
| Figura 20: Mapa dos ventos predominantes | 53 |
| Figura 21: Arborização do bairro | 53 |
| Figura 22: Casas as margens do rio Amazonas | 54 |
| Figura 23: Proposta para orla do bairro | 55 |
| Figura 24: Conjunto habitacional | 55 |
| Figura 25: Casas de famílias que se mantem no local | 56 |
| Figura 26: Passarelas em madeira pelas quais a população se locomove | 57 |

| | |
|--|----|
| Figura 27: Má condição do fornecimento de energia | 58 |
| Figura 28: Excessiva quantidade de lixo encontrado na área | 59 |
| Figura 29: Situação de uma das ruas do bairro | 60 |
| Figura 30: Tipologia habitacional predominante | 60 |
| Figura 31: Gráfico de índice de satisfação quanto aos equipamentos sociais | 62 |
| Figura 32: Gráfico do motivo de gostar de morar na área | 63 |
| Figura 33: Implantação conjunto habitacional Pedregulho | 64 |
| Figura 34: Planta baixa dos duplex do conjunto | 71 |
| Figura 35: Conjunto Habitacional Macapaba | 71 |
| Figura 36: Conjunto Habitacional Macapaba | 73 |
| Figura 37: Moradias ribeirinhas | 73 |
| Figura 38: Área de implantação do conjunto | 74 |
| Figura 39: Croqui esquemático dos fatores positivos do terreno | 76 |
| Figura 40: Proposta de Implantação do Conjunto | 77 |
| Figura 41: Vias coletoras | 78 |
| Figura 42: Vias Locais | 79 |
| Figura 43: Sistema viário do conjunto Beira-Rio | 79 |
| Figura 44: Planta Baixa Habitação tipo 1 | 80 |
| Figura 45: Corte AA' habitação tipo 1 | 81 |
| Figura 46: Corte AA' habitação tipo 1 | 82 |
| Figura 47: Fachada frontal da habitação tipo 1 | 82 |
| Figura 48: Fachada posterior habitação tipo 1 | 83 |
| Figura 49: Fachada lateral direita habitação tipo 1 | 83 |
| Figura 50: Fachada lateral esquerda habitação Tipo 1 | 83 |
| Figura 51: Planta Baixa Habitação tipo 2 | 83 |
| Figura 52: Corte AA' Habitação tipo 2 | 84 |
| Figura 53: Corte BB ' Habitação tipo 2 | 84 |

| | |
|--|----|
| Figura 54: Fachada posterior habitação tipo 2 | 85 |
| Figura 55: Fachada lateral direita habitação tipo 02 | 85 |
| Figura 56: Fachada lateral esquerda habitação tipo 02 | 86 |
| Figura 57: : Localização das biovaletas de auxílio na drenagem | 86 |
| Figura 58: Corte esquemático da biovaleta | 87 |
| Figura 59: Modelos de blocos de concreto para pavimentação | 87 |
| Figura 60: Proposta para acesso ao rio | 88 |
| Figura 61: Implantação da proposta de acesso | 89 |
| Figura 62: Perspectiva Deck e rampa de acesso à praia | 89 |
| Figura 63: Perspectiva da praia | 90 |
| Figura 64: Perspectiva da praia | 90 |
| Figura 65: Implantação Geral do Conjunto Beira-Rio | 91 |
| | 92 |

TABELA

| | |
|--|----|
| Tabela 01: Cidade de origem dos habitantes | 61 |
|--|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 01: Variáveis e itens pesquisados | 42 |
| Quadro 02: Etapas da pesquisa | 43 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ALCMS - | Área de Livre Comércio de Macapá e Santana |
| AM - | Amazonas |
| AP - | Amapá |
| BNH - | Banco Nacional de Habitação |
| CAESA - | Companhia de Água e Esgoto do Amapá |
| CEA - | Companhia de Eletricidade do Amapá |
| CONAMA - | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| IBGE - | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICOMI - | Indústria de Comércio e Minérios |
| PA - | Pará |
| SEINF - | Secretaria de Estado da Infraestrutura |
| SEMA | Secretaria de Estado do Meio Ambiente |
| SEMDUH - | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional |
| SIMS - | Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização Social |
| UNIFAP - | Universidade Federal do Amapá. |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 16 |
| CAPÍTULO 1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 19 |
| 1.1 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL..... | 19 |
| 1.2 URBANIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL | 22 |
| 1.3 URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA..... | 24 |
| 1.4 ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO URBANA DE MACAPÁ | 30 |
| 1.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PLANEJAMENTO URBANO | 34 |
| CAPÍTULO 2 METODOLOGIA, CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E RESULTADOS DA PESQUISA | 39 |
| 2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 39 |
| 2.1.1 Tipo de Pesquisa | 39 |
| 2.1.2 A abordagem | 40 |
| 2.1.3 Técnicas de Investigação | 40 |
| 2.1.4 Etapas da Pesquisa..... | 42 |
| 2.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO | 43 |
| 2.2.1 Localização e delimitação da área da pesquisa | 43 |
| 2.2.2 A ocupação do bairro Araxá e das margens do rio Amazonas | 48 |
| 2.3 ANÁLISE DA ÁREA E ENTORNO | 49 |
| 2.3.1 A realidade urbana, social e ambiental | 57 |
| 2.4 RESULTADOS DA PESQUISA | 63 |
| 2.4.1 Das características socioeconômicas | 63 |
| 2.4.2 Características da habitação | 64 |
| 2.4.3. Avaliação do meio ambiente e equipamentos sociais | 65 |
| 2.4.4 Percepção da relação com o local | 65 |
| CAPÍTULO 3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO | 66 |
| 3.1 HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL – HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS HABITACIONAIS | 66 |
| 3.2 ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO NA HABITAÇÃO POPULAR | 73 |
| 3.3 O CONJUNTO BEIRA-RIO | 78 |
| 3.3.1 Conceituação | 78 |
| 3.3.2 O Projeto | 79 |
| 3.3.3 Infraestrutura do Conjunto Habitacional | 89 |
| 3.3.4 Relação entre moradores e o rio | 90 |

| | |
|--------------------------------------|-----------|
| 3.3.5 Áreas Verdes do Conjunto | 91 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 93 |
| REFERÊNCIAS | 96 |

INTRODUÇÃO

O processo migratório para os centros urbanos, fruto da busca por melhores condições de vida, acesso aos serviços públicos e oportunidade de emprego, resultou no crescimento demográfico desenfreado dos centros das cidades, além de ter gerado o aumento da malha urbana. Este aumento populacional não foi acompanhado de um planejamento democrático voltado para um ordenamento simétrico do espaço, o que incidiu no agravamento de mazelas sociais e contínua degradação do meio ambiente.

No Brasil este processo se fez presente na maioria das cidades, resultando os problemas acima citados, constantemente visualizados no aumento da pobreza urbana, das habitações insalubres em bairros sem quaisquer serviços de saneamento e nas ocupações irregulares do solo. Desta forma, estes problemas trazem para este trabalho uma discussão que não diz respeito somente ao cenário urbano das cidades, mas uma análise de como as ações dos agentes que produzem o espaço urbano são determinantes para consolidação da atual situação urbana brasileira.

Junto às questões urbanas e sociais, uma problemática recorrente nas cidades brasileiras nas últimas décadas diz respeito a degradação ambiental, enfrentada em razão do vertiginoso surgimento das ocupações ilegais, também fruto do crescimento desigual do espaço. Este cenário de urbanização e degradação ambiental fez-se marcante na Amazônia. Ainda que tal problemática não seja exclusiva da região, a estreita relação com ambiente natural tornou tal questão bastante expressiva na mesma.

A cidade de Macapá, no Amapá, extremo norte do Brasil, caracteriza-se por esta conjuntura de crescimento urbano sem um planejamento adequado, o que resultou na ocupação de áreas impróprias como as ressacas e as margens do rio Amazonas, sem que as mesmas tivessem infraestrutura adequada para receber habitações. Desta forma, estas áreas são um dos principais problemas urbano, social e ambiental, caracterizados por moradias precárias e inexistência de infraestrutura adequada.

Dentre os espaços acima mencionados, está o bairro Araxá, situado na região sudeste da cidade, e caracterizado pela ocupação das margens do Amazonas, em uma área em que meados da década de 1990 foi intensamente utilizada para fins de lazer, na praia do Aturiá. Neste período o cenário de bares e restaurantes era

característico do lugar, mas aos poucos a área foi deixando de ser utilizada pelos habitantes da cidade e o número de habitações aumentou progressivamente, extinguindo a antiga paisagem de praia, bares e restaurantes.

Contudo, os problemas advindos da ocupação não planejada em um local sem infraestrutura foi evidenciado quando famílias começaram a sofrer com a força das marés do rio. Em razão das fortes marés e das casas serem construídas em madeira, tornou-se comum famílias serem obrigadas a se retirar do local em razão do risco de desabamento.

Uma grande quantidade de habitações já foi derrubada e as famílias hoje vivem em casa de parentes ou recebem auxílio do Estado para alugarem um apartamento. Atualmente duas obras estão em andamento: a construção do muro de arrimo na orla do bairro e um conjunto habitacional, implicando na retirada das famílias do local. Neste sentido, este trabalho centra-se na seguinte questão: *as intervenções urbanas pensadas para o bairro estão em consonância com a vontade das famílias que vivem naquele local?*

Diante desta questão, a possibilidade dos *moradores estarem satisfeitos com as propostas de intervenção e de não estarem satisfeitos correspondem às hipóteses desta investigação.*

Sendo assim, o escopo deste trabalho *centra-se em investigar como se configura o espaço urbano do Araxá, especificamente na orla do bairro e a relação dos moradores com este ambiente.* Foram ainda elencados, além deste, os seguintes objetivos específicos:

- entender como a produção desigual do espaço urbano implica no surgimento de espaços desiguais;
- como se deu a ocupação do bairro Araxá; e,
- quais as intervenções possíveis na hipótese das atuais propostas não atenderem o anseio dos habitantes locais.

Diante do *cenário de expansão urbana, aumento dos espaços desiguais nas cidades e as intervenções pensadas de maneira a não ouvir os principais atores envolvidos, justificam a temática proposta.* Além destas questões, outras duas proposições justificam esta investigação:

- a importância da área, enquanto lugar de grande potencial paisagístico, estando na orla do rio Amazonas, e delimitado pela Avenida Equatorial (cortada pela linha do Equador); e

- o fato da proposta de investigação estar em consonância com as linhas de pesquisas do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá.

Assim, visando atender os objetivos gerais e específicos e responder a questão aqui levantada este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro foi reservado a revisão da literatura, o qual dispõe do processo de urbanização no Brasil, na região amazônica e como este processo foi responsável por gerar desigualdades e degradar o meio ambiente em muitas cidades. Faz parte ainda desse capítulo, as mudanças sociais e econômicas ocorridas no território amapaense e as considerações acerca do planejamento urbano no Brasil.

O segundo capítulo foi subdividido em três tópicos principais: o primeiro versa sobre os procedimentos metodológicos adotados no decorrer da investigação, detalhando o tipo, os métodos e as etapas da pesquisa; o segundo tópico caracteriza o bairro desde sua ocupação inicial até as atuais características urbanas, como malha viárias, arborização, uso do solo, altura das edificações, dentre outro; e por último, apresentam-se os resultados dos questionários aplicados na pesquisa de campo.

O terceiro capítulo apresenta os estudos feitos para implantação de possíveis propostas de intervenção no bairro e na área de estudo, em consideração com os resultados colhidos na pesquisa de campo e por fim as considerações finais do tema, da investigação e propostas. Sendo tais propostas o remanejamento das famílias para um conjunto habitacional considerou-se relevante a apresentação de um histórico das políticas habitacionais brasileiras e o que tem sido produzido na arquitetura das habitações populares.

CAPÍTULO 1 REVISÃO DA LITERATURA

O presente capítulo apresenta um breve panorama geral e histórico de como se deu o crescimento populacional e o processo de urbanização brasileiro mais significativos, tendo como referencial a urbanização intensificada a partir da segunda metade do século XX.

Tal revisão parte da perspectiva que as cidades brasileiras tiveram grande crescimento urbano, sobretudo, a partir da intensificação do processo de industrialização. No entanto, tal crescimento não foi acompanhado de um planejamento adequado, capaz de suprir as demandas dos serviços que surgiram. Esta conjuntura de crescimento da população urbana e falta serviços adequados para atendê-la resultou em uma série de problemas de cunho social, ambiental e urbano, como o crescimento das favelas. Tal realidade refletiu-se em diversas cidades brasileiras, como aqui neste capítulo exposto.

Pela estreita relação e por suas características naturais, explana-se neste capítulo como se deu o processo de urbanização da Amazônia. Faz-se ainda necessário tal caracterização, levando em consideração que Macapá, cidade na qual se insere a área de estudo desta pesquisa, faz parte desta região. Por fim, apresenta-se um histórico das políticas de planejamento urbano no Brasil, a fim de compreender como foram pensadas as intervenções urbanas frente as problemáticas que surgiam no país.

1.1 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL

O processo de urbanização no Brasil se intensificou a partir da segunda metade do século XX. Segundo Maricato (2001, p. 16) o Brasil aumentou de 26,3%, em 1940, para mais de 80%, no ano 2000, o percentual de pessoas vivendo em áreas urbanas. Atualmente, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população urbana do país é de 84%. Tal aumento pode ser justificado pela concentração de atividades econômicas e de serviços públicos que as cidades detêm. Desta forma, as pessoas buscam os centros urbanos como forma de ter acesso facilitado a estes serviços.

Além do que, as cidades se tornaram atrativas para a maioria da população por diversos fatores. A industrialização brasileira ocorrida na década de 1930 é

atribuída por Maricato (2008) como um destes motivos. Para a autora, a criação do parque industrial para implantação de indústria automotora, impulsionou não somente a economia do país, como também a busca populacional pelo sudeste brasileiro. Contudo, como discorre Santos (2008), é relevante dizer que este processo de industrialização não pode ser entendido apenas em seu sentido estrito, enquanto inserção de atividades industriais no espaço, mas em seu significado mais abrangente, como:

processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização (SANTOS, 2008, p. 30).

É a partir deste complexo processo que inclui industrialização e consequente implantação de equipamentos no território que as cidades passam a ser mais atrativas aos que nela ainda não viviam. É ainda neste cenário que surgem oportunidades de emprego, o que segundo Paulo (2010), foi outro motivo determinante para o aumento populacional urbano, pois em razão da baixa de perspectiva de trabalho no campo “trabalhadores rurais começaram a migrar em busca de empregos e melhores condições de vida, fato conhecido como êxodo rural, que no Brasil teve grandes proporções em meados dos séculos XIX e XX.” (Paulo, 2010, p. 174).

Ainda que neste período o Brasil tenha registrado expressivo crescimento econômico, tendo o seu PIB elevado em 7% ao ano, entre as décadas de 1940 a 1980 (Maricato, 2001, p 33), as cidades não conseguiram acompanhar o crescimento populacional com o incremento dos serviços públicos para atender a todos, assim como os empregos recém-gerados pela indústria não eram suficientes para a grande demanda que os procurou, desta forma, o crescimento urbano das cidades brasileiras traduziu-se em um cenário que foi além de mudanças econômicas, mas também na consolidação de problemas sociais e urbanos, expressos, sobretudo pelo aumento da pobreza urbana.

São Paulo cresceu quase 500.000 habitantes ao ano entre 1970 e 1985 [...] Poucas administrações urbanas no mundo, por mais comprometidas, ricas e eficientes que fossem, poderiam construir estradas, assentar canos, esgotos, e fio para enfrentar o crescimento nesse ritmo. (HARRISON, 1993 apud HOGAN, 2005, p. 376)

De fato é complexo gerenciar as cidades com índices de crescimento urbano tão rápido em poucos anos, no entanto é preciso salientar que as soluções se tornam menos viáveis quando as cidades caracterizam-se, sobretudo, como espaço de manifestação do interesse do capital, refletindo assim nas instituições político-administrativas que na maioria das vezes preocupam-se somente com desenvolvimento econômicos das cidades.

O rápido crescimento populacional, a falta de interesse político em resolver os problemas decorrentes deste e a infraestrutura insuficiente nos centros urbanos fez das cidades um espaço caracterizado por problemas sociais, econômicos e ambientais. Mota (2005) elenca as principais consequências advindas deste cenário, sendo elas: (i) a falta de condições sanitárias mínimas em muitas áreas; (ii) ausência de serviços indispensáveis à vida das pessoas nas cidades; (iii) ocupação de áreas inadequadas; (iv) destruição de recursos de valor ecológico; (v) poluição do meio ambiente; e (vi) habitações em condições precárias de vida.

O problema da moradia urbana foi um dos mais agravados neste período, segundo Maricato (2001), os baixos salários oferecidos pela indústria contribuíram em larga escala para a criação de ambientes com moradias ilegais, haja vista que as famílias não tinham condições de incluírem em seus baixos orçamentos a aquisição de moradias legais. Para Ferreira, Uemura (2011, p 14), o problema foi atenuado pela falta de ação do Estado que passou adotar como melhor política habitacional e urbana a “‘não ação’, deixando as cidades brasileiras conformarem suas enormes periferias sob o signo da informalidade urbanística e da autoconstrução como única solução habitacional”

Para Afonso (2006), a consolidação das moradias informais se deu pela supervalorização das terras nos centros urbanos, o que fez a população procurar locais desprovidos de serviços públicos, mas ainda assim próximo ao centro das cidades. Este quadro transformou a urbanização brasileira, em “uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente” (MARICATO, 2008. p. 48). Isto porque muitas favelas estão localizadas em áreas ambientalmente frágeis, tais como: margens de córregos, áreas de mangue, encostas íngremes, áreas de alagadas e, inclusive, de proteção ambiental, dentre outras. Neste sentido, é relevante atentar para uma discussão acerca de uma problemática recorrente nas cidades brasileiras nas últimas décadas: a degradação ambiental, enfrentada em razão do vertiginoso surgimento das ocupações ilegais e das habitações irregulares.

1.2 URBANIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL – A CIDADE E O MEIO AMBIENTE

As cidades ao serem intensamente urbanizadas atraíram para seus centros não somente o crescimento populacional, mas congregaram problemas sociais, econômicos e urbanos que influenciaram no surgimento ou adensamento da problemática ambiental, que tem se agravado e por isso amplamente discutido no planejamento das cidades.

Contudo, as discussões acerca de meio ambiente e meio urbano têm sido tratadas de maneira separada, não atentando para o fato de que os problemas que envolvem meio ambiente e cidade estão inseridos numa mesma questão, a produção social do espaço. Segundo Penna (2010) esses problemas são:

produto histórico, espacial e socialmente diferenciado, definido por relações sociais e práticas espaciais que implicam diretamente nas formas de como o território é produzido e consumido, como fenômenos associados num mesmo processo, que corresponde a etapas históricas da produção do espaço (PENNA, 2010).

Esta construção espacial desigual produz formas urbanas também assimétricas, e isso ocorre, dentre outros fatores, porque o ambiente construído busca atender interesses de agentes político-econômicos historicamente privilegiados para agir na transformação da natureza e no controle sobre a ação das pessoas. O que pesa, nesse sentido, é a produção econômica do e no espaço.

As tramas de interesses condizentes ao processo de produção da cidade passaram a refletir na urbanização, sendo cada vez maior o surgimento de áreas comumente designadas de favelas, onde a pobreza e falta serviços públicos eram marcantes. Para Davis (2006 p. 33), as favelas são caracterizadas “pelo excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado de água potável, condições sanitárias e insegurança da posse da moradia”. Para o autor as favelas são locais propícios para o surgimento de doenças e favorecem o aparecimento de problemas sociais advindos do processo de segregação social.

O surgimento destes ambientes não pode ser compreendido de maneira una, visto que cada favela tem sua origem segundo as peculiaridades de cada localidade, mas é fato que, qualquer que seja o local, o surgimento destes espaços é fruto da

produção espacial da cidade e está geralmente interligada ao processo de ocupação de áreas frágeis por pessoas desfavorecidas econômica e socialmente. Ao se instalarem em espaços sem infraestrutura, como esgotamento sanitário, fornecimento de água e energia, coleta de lixo, permanecem nestes ambientes improvisando e conseguindo tais serviços de maneira informal. Estes ambientes acabam atraindo um contingente populacional cada vez maior, adensando a área e tornando os problemas urbanos e ambientais mais agravantes.

Foi a partir da década de 1990 que, segundo Ferreira, Uemura (2011), a escassez de terras para onde a parcela da população mais pobre estava recorrendo ficou dramática. De acordo com os autores, restou para esta população:

instalarem-se — não sem o apoio muitas vezes irresponsável dos próprios políticos — nas únicas áreas onde, por lei, nem o Estado nem o mercado imobiliário podem atuar: as áreas de proteção ambiental, beiras de córregos, mananciais, encostas de florestas protegidas foram pouco a pouco sendo ocupadas, sob a benevolência do Estado e de toda a sociedade. (FERREIRA; UEMURA 2011, p. 16).

O que na visão dos autores fez com que a questão ambiental se tornasse um dos maiores problemas das cidades atualmente, pois as áreas ambientalmente protegidas tornaram-se verdadeiras cidades, ilegais perante a lei, altamente consolidadas e que envolvem complexas soluções.

Contudo o agravamento destas questões decorre da falta de assistência pública, uma vez que o Estado não desenvolve ações que impeçam a ocupação ou a retirada de famílias quando as áreas começam a ser tomadas pelas mesmas. O que na maioria das vezes acontece são práticas eleitoreiras com o único objetivo de criar currais eleitorais para conquista de cargos públicos. Desta forma, os problemas enfrentados pela população destas áreas acabam transformando-se em ferramenta político-eleitoreira para muitos candidatos que pretendem ingressar ou permanecer em cargos públicos.

Assim, os moradores de áreas socialmente excluídas, tendo estes como únicos espaços para viver, e sendo muitas vezes influenciados a permanecer nos mesmos, procuram meios de acessar serviços básicos e tentam por conta própria melhorar as condições destes lugares, onde acabam transformando e algumas vezes agredindo ainda mais o ambiente natural. Este cenário de urbanização e degradação

ambiental fez-se marcante na Amazônia pela sua estreita relação com ambiente natural.

1.2 URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

No período de 1755 a 1759, houve na Amazônia a fundação de cerca de 60 vilas, mais especificamente no Estado do Grão-Pará, nas capitanias do Pará e Rio Negro (ARAÚJO, 1998, p. 17). Muitas destas vilas receberam o que pode ser interpretado como as primeiras impressões de um urbanismo na Amazônia, visto que para muitas foram propostos desenhos e plantas que deram origem as ordenações e transformações urbanas que futuramente norteariam a configuração da malha de muitas cidades.

Na cidade de Belém, segundo Araújo (1998, p. 80), a configuração urbana se deu a partir da ideia de “cidade-fortaleza” uma vez que o desenho da direção do arruamento compreendia ao conjunto deste ideal de cidade (Figura 01).

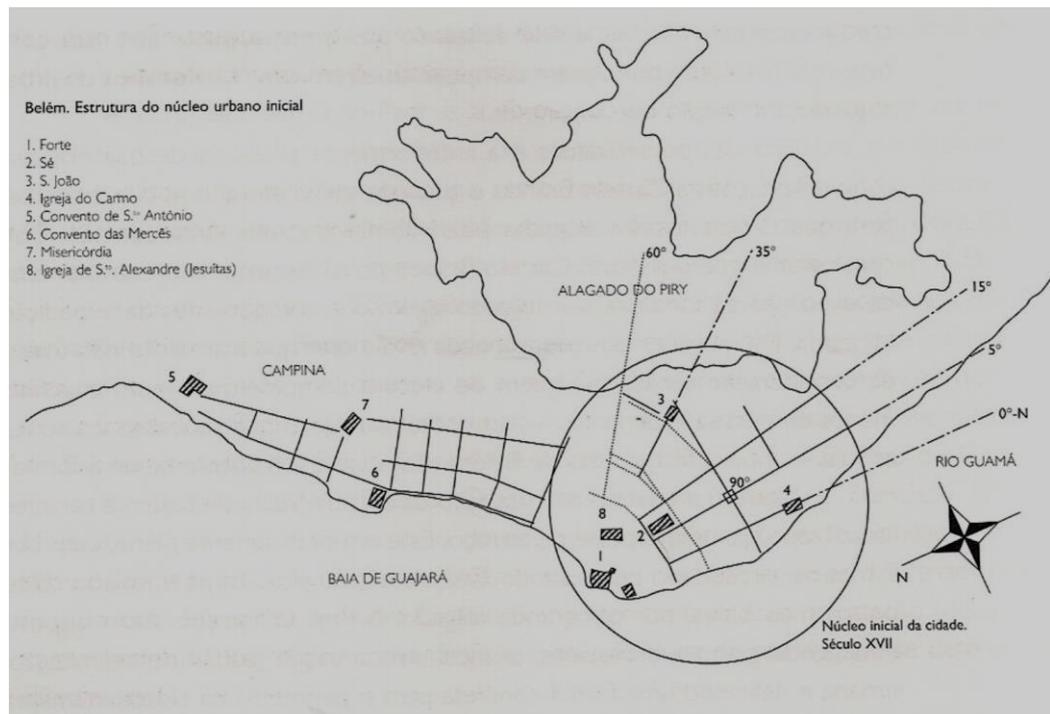


Figura 01: Núcleo inicial de Belém, início do século XVII
Fonte: Araújo (1998, p. 82)

No final do século XVII Belém caracterizava-se com um ordenamento urbano similar ao que foi proposto no início do núcleo urbano da cidade, como mostra a Figura 02:

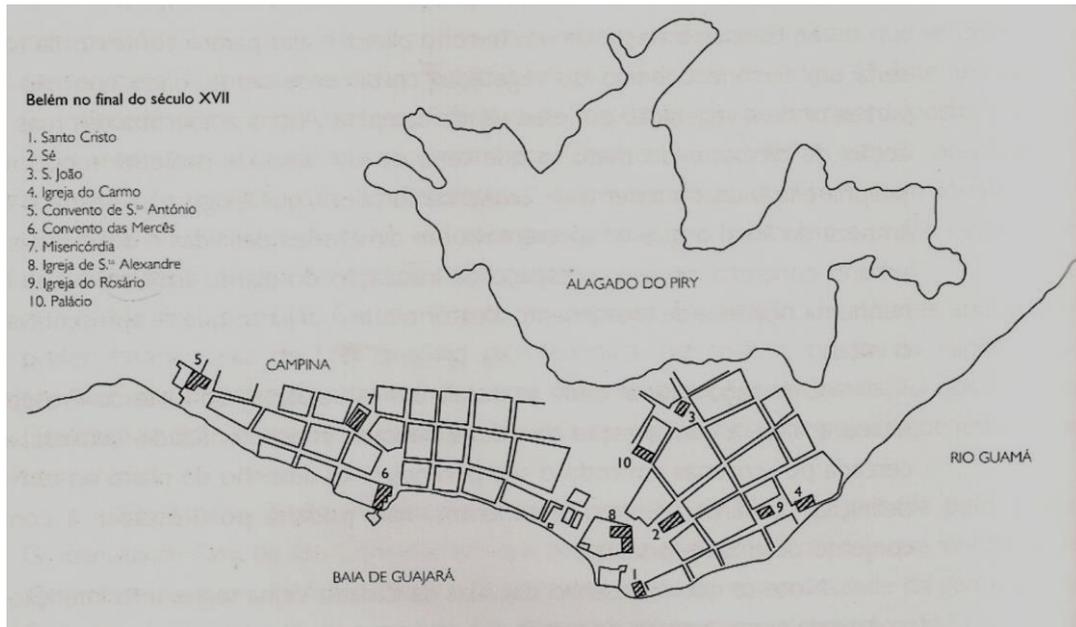


Figura 02: Belém no final do século XVII
 Fonte: Araújo (1998, p. 82)

Esta característica de cidade-fortaleza fez parte da configuração urbana de muitas cidades da região Amazônica, tendo em vista que áreas estratégicas, como as fronteiras, detinham especial atenção da Coroa Portuguesa em razão da possibilidade de invasão. Desta forma, diversas fortificações foram erguidas na Amazônia (Figura 03), como forma de proteger e povoar o território, o que contribuiu para a gênese do urbano em muitas cidades na região.

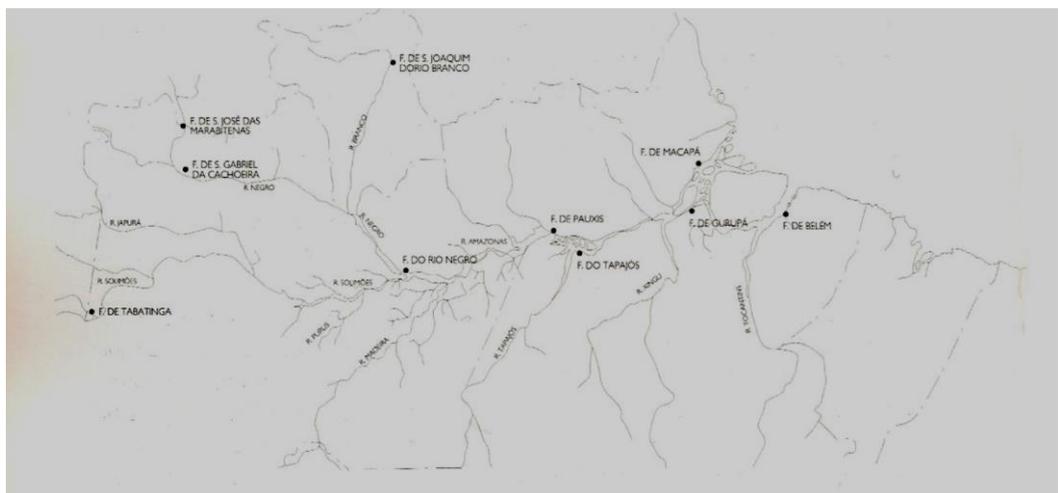


Figura 03: Fortificações erguidas na Amazônia até o final do século XVIII
 Fonte: Araújo (1998, p. 116)

Neste período, a sugestão de Pombal para a Amazônia seria implantar a raiz urbana ao lado das fortificações erguidas, seguindo a lógica de defesa do território, o que foi seguido pelos governadores da região. Desta forma, o número de vilas aumentou, sobretudo nas áreas que circundavam as fortalezas e próximo ao leito dos rios.

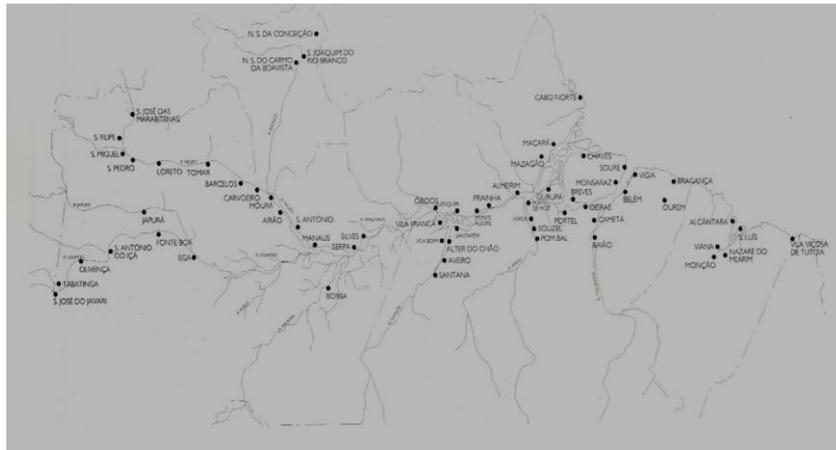


Figura 04: Mapa da Amazônia com as vilas fundadas até o século XVIII
Fonte: Araújo (1998, p. 132)

A cidade de Macapá, também fez parte desta política de urbanização voltada para a questão de salvaguarda do território, como será explanado no tópico seguinte “Histórico da ocupação urbana de Macapá”. Para o momento cabe ressaltar que, assim como Belém, a cidade foi concebida a partir da perspectiva da “cidade-fortaleza” tendo em vista a necessidade de proteção das terras do Cabo Norte que sofriam constantes ameaças e ataques de franceses, holandeses e espanhóis, tendo assim os desenhos para a vila de Macapá (Figura 05) como mais um exemplo da gênese do urbanismo na região.

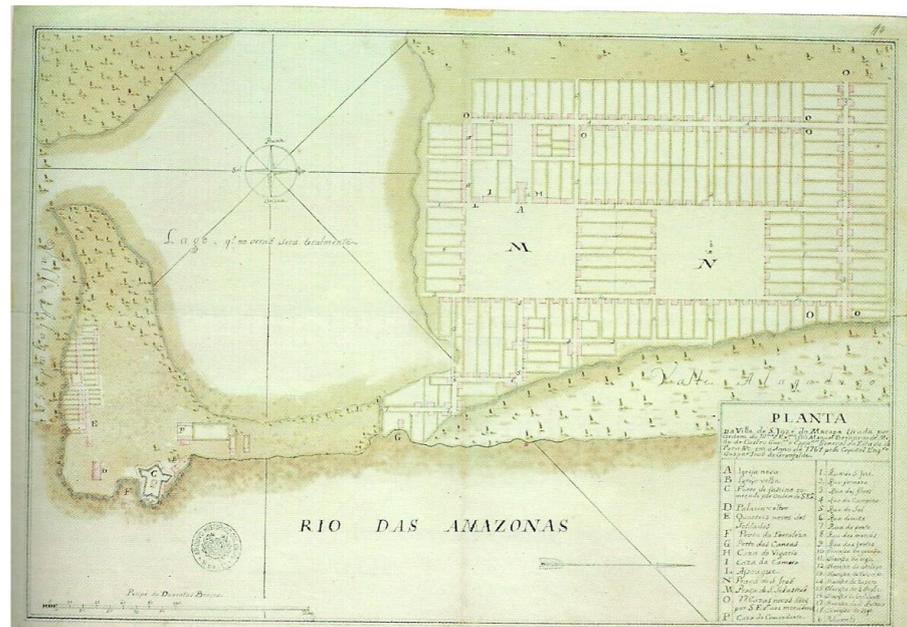


Figura 05: Desenho da Vila de São José de Macapá em 1761
 Fonte: Araújo (1998, p. 165)

Desta forma, as primeiras projeções urbanísticas para as cidades amazônicas, pensadas no período pombalino, representam o núcleo inicial do urbanismo pensado para a região, complementado pela política de povoamento das vilas. No entanto, como afirmam Amaral, Câmara e Monteiro (2001), esses núcleos urbanos pouco contribuíram para a gênese do urbano na Amazônia, tendo em vista que as mudanças mais significativas em termos urbanísticos e populacionais ocorreram na:

segunda metade do século XIX, com a economia da borracha que condicionou uma rede proto-urbana. O comércio da borracha definiu o surgimento de novas aglomerações e o desenvolvimento inicial da forma urbana (AMARAL, CÂMARA E MONTEIRO, 2001).

A forte economia da borracha de fato impulsionou avanços e possibilitou investimentos na região, atraindo uma grande população para Amazônia, porém também foi responsável por gerar disparidades entre as grandes cidades amazônicas como Manaus e Belém e as demais cidades menores. Nas grandes cidades as diferenças também se fizeram presentes com seus centros organizados e dotados de infraestrutura, enquanto suas periferias não detinham dos mesmos serviços e a população residia em casas de madeira e palha.

Com queda na exportação da borracha, muitas cidades “se esvaziaram e a estagnação econômica promoveu o aparecimento de novas aglomerações a partir do êxodo rural das unidades produtoras de borracha” (AMARAL; CÂMARA; MONTEIRO 2001). A partir de então as mudanças urbanas na Amazônia estiveram ligadas basicamente às ações de governo, a primeira delas consistiu na criação dos Territórios Federais em 1943 onde foram criados planos a fim de desenvolver a região e fizeram-se investimentos em infraestrutura. A construção das primeiras estradas de ligação do centro-sul à Amazônia também se constituiu como uma intervenção do governo que visava a ocupação político-econômica na região. Por fim, as intervenções dos militares, que sob o discurso de defesa nacional “favoreceu a implantação de projetos de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão-de-obra, sob forma de controle social” (SANTOS, 2010, p 27). Contudo, ainda que as intervenções feitas na região tenham sido uma iniciativa estatal, as mesmas estavam pautadas em interesses econômicos para o desenvolvimento da região, daí justificasse a implantação dos projetos de mineração e agropecuários implantados na Amazônia.

As iniciativas acima suscitadas de fato foram responsáveis por gerar crescimento populacional na região, como aponta Becker (1998, p. 55), em um período de dez anos a população aumentou de 37,7% em 1970 para 50,8% em 1980. Ainda que a população tenha crescido, este crescimento não foi acompanhado pela implementação de infraestrutura necessária para atender as necessidades dos que passavam a viver na região. De acordo com Becker (2004) como consequência surgiu na região um cenário de baixa qualidade de vida à uma parcela considerável da população, expresso nos baixos índices de saúde e educação e na falta de equipamentos urbanos, bem como na constante degradação do meio ambiente natural que os aglomerados urbanos que surgiram causaram.

A cidade de Manaus é exemplo deste cenário de crescente urbanização e degradação ambiental na Amazônia. Manaus influenciada pelo ciclo da borracha e mais tarde pela criação da Zona Franca de Manaus, atraiu um grande contingente populacional, mas a falta de opção fez com que esse contingente ocupasse as margens dos igarapés e estimulou o processo de ocupações irregulares (ALMEIDA, 2005). Resultando em lugares sem serviços públicos, habitações precárias e elevadas taxas de degradação ambiental, cenário este visualizado na figura abaixo.



Figura 06: Habitações no igarapé do educando, Manaus – AM

Fonte: <<http://www.portalamazonia.com.br/editoria/meio-ambiente/igarapes-de-manaus>>

Esta conjuntura de crescimento urbano, em decorrência dos projetos que foram visados para a região amazônica, falta de infraestrutura e de oportunidade para acesso à moradia adequada, trouxe para a região vários casos como os acima demonstrados. Macapá é uma das cidades que também se inseriram neste contexto, onde as mudanças institucionais, políticas e econômicas foram responsáveis pelo crescimento urbano, mas também para o início das ocupações irregulares.

1.4 ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO URBANA DE MACAPÁ

Os primeiros anos da ocupação da cidade de Macapá estavam pautados no interesse português em manter estas terras sob seu domínio, como ressalta Luna (2011) a respeito deste interesse a:

a transformação dos povoados missionários da Região de Macapá em lugares e vilas nasceu da necessidade de um poder urbano, de uma autoridade político-administrativa sobre as regiões Norte e Sul do Brasil, áreas especificamente assinaladas por disputas de fronteiras. Nesses espaços geográficos, os investimentos em imigrantes para urbanizá-los estiveram presentes em toda a história do domínio luso no Brasil, pois esse poder político só poderia ser implantado a partir de uma dimensão pública de vida coletiva. (LUNA, 2011, p. 44).

Assim, em 1751 o então Governador do Estado do Maranhão e do Grão-Pará, Medonça Furtado, organiza uma expedição a Macapá que traria colonos da ilha de Açores para povoar as terras tucujús (SANTOS, 1998. p. 18). Neste período havia apenas um destacamento militar precário nestas terras, instituído desde 1738 (NASCIMENTO, 2005). Cujas as primeiras plantas da futura cidade de Macapá que se tem conhecimento são as que aparecem em cartas de João da Cruz Dinis endereçadas a Mendonça Furtado e ao bispo do Pará (Figuras 07 e 08). “As plantas que são remetidas têm desenho tosco, mas, na essência, representam o que de facto será o embrião da vila, inclusive com a definição das duas grandes praças” (ARAÚJO, 1998, p. 150).

O povoado instalado seguiu progredindo rapidamente e em 4 de fevereiro de 1958 o governador elevou Macapá de povoado a vila, recebendo o nome de Vila de São José de Macapá.

Ainda que o povoado e ações portuguesas sobre esse território estivessem concretizados, os portugueses, temendo um ataque francês, acharam seguro erguer uma fortificação imponente nestas terras para reforçar a ação militar. Assim, uma fortificação foi erguida à margem esquerda do Rio Amazonas, que mais tarde receberia o nome de Fortaleza de São José de Macapá. Segundo Andrade (2008), a partir da elevação desta fortaleza, houve uma intensa ocupação de seu entorno, assim como as margens do Rio Amazonas e próximo a Igreja Matriz. De acordo com Azevedo Marin (1999 *apud* ANDRADE 2005), a construção da fortificação foi responsável ainda por atrair um grande contingente populacional para a Vila de São José de Macapá, passando de 802 habitantes, em 1765, para mais de 1700 no ano de 1778. A Vila de Macapá seguiu sendo amplamente ocupada, mantendo sua característica de dependência político administrativa do Grão-Pará.

Contudo, foi a partir do século XX que ocorreram mudanças realmente significativas no território amapaense, quando acontecimentos geopolíticos e econômicos foram responsáveis por mudar expressivamente o cenário urbano e populacional macapaense. Segundo Porto (2002), a ocupação das áreas de fronteiras; a criação do Território Federal do Amapá, em 1943; e a extinção do Território para elevação a Estado, em 1988, são acontecimentos responsáveis por tais mudanças. Como reitera Portilho (2010) acrescentando à conjuntura de mudanças a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, que aconteceria mais tarde, no ano de 1991.

No período da criação do Território, de acordo com Santos (2003), a meta era incentivar a migração de agricultores nordestinos, através de doação de utensílios, terras e transporte. Na década de 1950, outro acontecimento viria marcar a evolução do Território: a construção da infraestrutura necessária para atuação da empresa Indústria de Comércio e Minério (ICOMI) extrair minério no então distrito de Serra do Navio. Inclui-se a esta estrutura o porto de Santana, a ferrovia ligando o distrito a Serra do Navio e a área de mineração, o que segundo Drummond (2000) foi o primeiro acontecimento que gerou uma grande oferta de emprego na região, atraindo um índice populacional considerável. Neste período são implantadas duas *company towns* para atender este projeto de exploração mineral, situadas nos então distritos macapaenses de Santana e Serra do Navio.

Segundo consta nos relatos da Fundação João Pinheiro¹ (1973) na década de 50 Macapá sofreu uma expansão considerável surgindo ao sul os bairros do Trem, Beiril, além do aglomerado do igarapé do Elesbão; a oeste o bairro central se expandiu e se iniciou a ocupação do Santa Rita; ao norte o Laginho e igarapé das mulheres. De acordo com Souza (2003), esta expansão da cidade chegou às áreas úmidas da cidade, sendo ocupadas desordenadamente pela população de menor poder aquisitivo, que passou a residir em palafitas. Hoje a ocupação desordenada das áreas de ressaca² constitui-se como um dos maiores problemas urbanos, sociais e ambientais das mais populosas cidades do Amapá: Macapá e Santana.



Figura 09: Área de ressaca em Macapá
Fonte: Neri (2004).

Na então elevação do Amapá da categoria de Território Federal para Estado, através da Constituição Federal de 1988, a migração se fez mais uma vez marcante, o grande contingente populacional agora visava uma oportunidade de emprego nas esferas de poderes (executivo, legislativo e judiciário) recém-criados. Oportunidade de emprego também foi motivo de atração populacional na criação da ALCMS (Área

¹ Empresa responsável pela elaboração do diagnóstico e proposta de plano diretor para a cidade de Macapá em 1973.

² ecossistema típico da zona costeira do Amapá. São áreas encaixadas em terrenos quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio de uma intrincada rede de canais e igarapés, e do ciclo sazonal das chuvas, apresentando por isso, uma estação de cheia e outra de seca. (NERI, 2004: 96)

de Livre Comércio de Macapá e Santana), oportunidades estas então surgidas no comércio varejista.

O crescimento populacional acelerado e a expansão urbana desordenada influenciaram no surgimento de áreas degradadas caracterizadas pela pobreza e pela carência em serviços públicos, constantemente visualizados nas diversas áreas de ressacas da cidade e nas ocupações às margens dos rios. De acordo com Tostes (2006) a ausência do planejamento urbano contribuiu para uma prática denominada pelo autor de “*fazejamento*”, caracterizado por ações imediatas, do agir no problema, sem na realidade solucioná-los, pois estas práticas são apenas pautadas em objetivos eleitoreiros.

Os fatores históricos, políticos, econômicos e sociais, neste tópico abordados, ocorridos no território amapaense foram responsáveis por caracterizar a atual conjuntura urbana de Macapá. Crescimento este não acompanhado por uma política de planejamento urbano³ e implantação de infraestrutura necessária para atender a todos. Neste sentido, faz-se necessária uma abordagem a respeito do planejamento e de como o mesmo pode contribuir para o crescimento ordenado das cidades.

1.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PLANEJAMENTO URBANO

De acordo com Silva (2006, p. 89) o planejamento é “um processo técnico instrumentado para transformar a realidade existente no sentido de objetivos previamente estabelecidos”. Reiterando esta concepção Maglio e Philippi Jr (2005) afirmam que o planejamento é uma ferramenta para pensar e projetar o futuro a fim de contribuir para que as decisões sobre as ações humanas não sejam baseadas em improvisação.

De acordo com Csaba Dea'k (1999) o nascimento do planejamento no Brasil – mais especificamente do planejamento urbano – esteve ligado também ao processo de urbanização vivenciado no país. De acordo com o autor:

a escala alcançada pela urbanização começou a provocar iniciativas por parte do Estado e modificações na administração pública. Um dos resultados nesse sentido é o aparecimento de uma nova atividade governamental com a finalidade específica de tratar dessas novas entidades que estavam surgindo: as aglomerações urbanas. É o

³ Apesar de vários planos terem sido elaborados para Macapá na época que o Amapá era um Território Federal, os mesmos tiveram pouca aplicabilidade. Segundo estudos de Tostes (2006) dos três planos pensados para Macapá neste período somente o desenvolvido pela Fundação João Pinheiro foi o de maior densidade de aplicação, sendo os outros dois (GRUMBILF e HJ COLE) aplicados minimamente. (TOSTES, 2006, p. 59 a 61).

nascimento do planejamento e, particularmente, do planejamento urbano, cujos primórdios podem ser situados no Estado Novo (DEÁK; SCHIFFER, 1999: 12)

No entanto, de acordo com Villaça (1999) o planejamento urbano no Brasil não se iniciou somente na década de 1950 quando o Brasil já se constituía como um país urbano e já havia estruturas formais na administração pública. Ao traçar um histórico do planejamento urbano no país, o mesmo autor afirma que o primeiro período que pôde ser percebido ações governamentais com o intuito de melhorar as cidades se inicia no final do século XIX, em meados de 1875, quando a “Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro” preconiza dois conceitos-chave concernente ao espaço urbano: o de plano e o conjunto geral (ou global).

Assim foram postos em prática os planos que visavam o melhoramento e o embelezamento da cidade do Rio de Janeiro, pautados no discurso da “higienização”⁴ dos espaços. Segundo Villaça (1999) a nova classe dominante queria principalmente “rejeitar” o passado colonial utilizando-se do planejamento para impor a sua ideologia criando novas cidades, agora modernas e progressistas. Foram estes planos de melhoramento que deram origem às grandes avenidas, praças e monumentos, similar ao que ocorreu nas grades cidades europeias com o Plano de Extensão de Barcelona e o Plano Haussmann em Paris. No entanto, foram também estes planos os responsáveis por expulsar a população mais pobre do centro da cidade ocasionando assim a ocupação dos morros.

É neste sentido que é relevante atentar para o fato de que muitas vezes os problemas urbanos e sociais que hoje encontramos nas cidades nem sempre são frutos da falta de planejamento urbano, mas estão ligados ao modelo de plano implantado na cidade que, preconizados em interesses das classes dominantes, geram segregação e problemas sociais.

Planos de intervenção como estes fizeram do planejamento urbano uma ferramenta bastante criticada, pois, como elucida Ferreira Jr. (2004), o modelo de planejamento adotado pelos governos inicialmente esteve centrado em planos de caráter tecnocráticos e com pouca participação da sociedade civil, atendendo assim

⁴ Higienismo é uma doutrina que nasce com o liberalismo, na primeira metade do século XIX quando os governantes começam a dar maior atenção à saúde dos habitantes das cidades. Considerava-se que a doença era um fenômeno social que abarcava todos os aspectos da vida humana. Havia, portanto, a necessidade de manter determinadas condições de salubridade no ambiente da cidade mediante a instalação de adução e tratamento da água, esgotos, iluminação nas ruas e etc. Tais preceitos justificaram grandes intervenções urbanas que culminaram com a expulsão da população mais pobre dos centros urbanos.

minimamente as reais necessidades da maioria dos habitantes. Maglio e Philippi Júnior (2005) acrescentam que este caráter tecnicista dos planos, muitas vezes alheios a realidade local, continuam fomentando até a atualidade as críticas ao planejamento urbano. Contudo, “abrir mão do planejamento é o mesmo que deixar a vida social totalmente ao imprevisto, aceitando sem questionar toda e qualquer modificação ou circunstância que se apresente” (AFONSO, 2006).

O segundo período do planejamento urbano no Brasil, segundo Villaça (1999) ocorreu de 1930 a 1990. De acordo com o autor, o início desta década é marcado pelo aumento da consciência operária, pelo cenário da revolução de 30 e pelo enfraquecimento da República Velha e da política burguesa do café com leite. Esta revolução marcou uma mudança no planejamento, em vista que as intervenções feitas pelo governo, como a demolição de várias casas e construção de novos bairros para atender a elite começaram a ser questionado pela classe operária, pois eram ações que visavam exclusivamente favorecer o mercado imobiliário.

O ideológico se faz marcante neste período, onde as questões do urbano passam a ser mais discutidas, passando de um “planejamento que era executado para o planejamento-discurso”. (VILLAÇA, 1999, p. 206). Segundo Déak e Schiffer (1999), este é o período do plano intelectual, o qual:

pretende impor-se e ser executado por que contém ‘boas ideias’, tem base científica e é correto tecnicamente. É o plano-discurso que se satisfaz com sua própria ‘verdade’ e não se preocupa com sua operacionalização e sua exequibilidade. Sua ‘verdade’ bastaria. (DÉAK; SCHIFFER, 1999, p. 204).

Isto fez com que o planejamento urbano se caracterizasse como uma ferramenta puramente teórica e distante de execuções. Para Villaça (1999), esta ideia se consolida com os Superplanos, que são caracterizados pelo distanciamento entre o que é colocado no papel e o que de fato existe nas cidades, além de serem “peças da mais pura tecnocracia, elaborados por especialistas de escritórios privados” (VILLAÇA, 1999, p. 216).

É importante perceber que o período delimitado por Villaça (1999) entre 1920 a 1990, inclui-se os anos de ditadura militar no Brasil e nesta época o planejamento foi caracterizado por uma vertente conservadora, segundo Souza e Rodrigues (2004) as decisões eram tomadas por um pequeno grupo responsável por manter a ordem

vigente no país. De acordo com os autores, o planejamento durante este período tinha o objetivo de

ordenar a cidade de forma que a ação dos diferentes tipos de capitais (principalmente o imobiliário e o industrial) pudesse ser facilitada, em outras palavras, buscava ordenar a cidade para permitir maiores possibilidades de lucro. É nesse contexto extremamente autoritário que vai acontecer uma série de intervenções e transformações na cidade, intensificando e consolidando a segregação residencial (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 42 e 43)

Isso permitiu que o planejamento fosse se tornando uma ferramenta de obtenção de lucro cada vez mais forte, em vista que as intervenções eram pautadas em transformações do espaço urbano de modo a oferecer oportunidade a setores específicos do capital como o setor imobiliário, por exemplo.

Foi neste período ditatorial que se iniciou um modelo de planejamento urbano denominado por Villaça (1999) como “planos sem mapa”, modelo que se estendeu até início da década de 1990, expressão esta denominada pelo autor como:

novo tipo de plano que a ideologia dominante inventou nas suas constantes tentativas de dar a impressão de que está cuidando do planejamento e ‘aperfeiçoando-o’ continuamente. O novo tipo de plano apresenta ‘apenas objetivos, políticas e diretrizes’. Já que é assim, o diagnóstico e a grande quantidade de mapas e estatísticas são dispensados. (VILLAÇA, 1999, p. 221).

Assim os planos passam a caracterizar-se como planos simplórios, feitos “pelos próprios técnicos municipais, quase sem mapas, sem diagnósticos técnicos ou com diagnósticos reduzidos” (VILLAÇA, 1999, p. 221).

O último período do planejamento urbano citado por Villaça (1999), ocorre pós-1990, como fruto da Constituição de 1988 que traz também a temática da política urbana. Este momento seria na visão do autor uma forma de reação ao modelo de planejamento que vinha sendo implantado, mas significa sobretudo a politização do planejamento urbano, “cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, aproveitaram a oportunidade não só pra rejeitar o plano tradicional, o superplano e o diagnóstico técnico, como também pra procurar politizar o plano diretor” (VILLAÇA, 1999, p. 233).

A partir desta década o plano diretor passa a ser entendido como maior ferramenta de política urbana, pensamento ratificado com a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001, que torna o plano diretor um instrumento regulador do Estatuto e

obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, o que fez com que municípios tivessem maior autonomia para gerir a política urbana da cidade.

Contudo, Souza e Rodrigues (2004) elucidam que a implantação dos princípios contidos no Estatuto da Cidade perpassa interesses dos diversos agentes que coexistem na cidade, transformando-se assim em obstáculos de caráter político, econômico e sociopolítico, que muitas vezes inviabilizam a implementação do que rege o Estatuto.

Ainda que a história do planejamento urbano e as críticas de alguns autores aqui expostas caracterizem o mesmo como um instrumento que não tem sido bem sucedido, ressalta-se que ainda assim, a elaboração de um planejamento urbano se faz necessário, e mais do que isso, elaborar de forma crítica, a atender diversos âmbitos sociais e realmente preocupado em solucionar os problemas daqueles que necessitam, e não objetivando somente atender os interesses daqueles que detêm maior poder aquisitivo.

Assim, um planejamento crítico, com uma participação mais efetiva da sociedade envolvida nas áreas de intervenção, pode ser vislumbrado como solução mais coerente na efetivação das políticas urbanas e melhoria da cidade e da vida das pessoas que nela habitam.

CAPÍTULO 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E RESULTADOS DA PESQUISA

O segundo capítulo ora apresentado foi subdividido em quatro itens, nos quais se apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e as características da área de estudo e do bairro o qual a mesma está inserida. O presente capítulo parte do entendimento que o estudo de determinada comunidade deve ser levado em consideração não somente as características da área, como também o seu entorno, sendo assim necessário avaliar e explicar as diversas condicionantes que caracterizam o contexto no qual a área do Aturiá está inserida.

O primeiro item deste capítulo abordará os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, bem como as etapas percorridas na investigação. No segundo item será exposta a localização da área de estudo e o histórico da ocupação inicial do bairro Araxá.

No item seguinte, será apresentando o bairro o contexto urbano, social e ambiental a fim de traçar um perfil da realidade atual do bairro, por meio de fotografias e mapas elaborados a partir das análises, visitas de campo e levantamento junto aos órgãos governamentais.

O item final do capítulo apresentará o resultado das entrevistas aplicadas aos moradores da área de estudo, no que diz respeito às características socioeconômicas, das moradias, além da percepção da relação morador x local.

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1.1 Tipo de Pesquisa

Com relação ao tipo, esta pesquisa classifica-se como exploratório e descritivo. As pesquisas do tipo exploratório, segundo Gil (2010), “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximado acerca de determinado fato” (GIL, 2010, p. 27), enquanto as pesquisas descritivas, de acordo com o mesmo autor, são “a descrição das características de determinada população ou fenômeno de relações entre variáveis” (GIL, 2010, p. 28).

A escolha destes dois tipos se deu em razão da combinação dos mesmos “descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas.” Marconi e Lakatos (2007, p. 190).

2.1.2 A abordagem

A abordagem em uma pesquisa diz respeito “aos procedimentos de aproximação do objeto de pesquisa, em termos de coletas, análises e interpretação de dados.” (MARQUES et. al. 2006, p. 38). Neste sentido o tipo de abordagem da pesquisa deve ser escolhido em coerência com o tipo de pesquisa e problema que está sendo feito, e aquele que melhor descreva e explique os fenômenos estudados.

Considerando os enunciados acima suscitados, no que se refere a abordagem metodológica esta pesquisa utilizou-se os métodos quantitativo e qualitativo. De acordo com Marques (2010, p. 38 e 39) o estudo quantitativo é aquele onde “os dados coletados podem ser matematizados. O pesquisador se vale de tabelas, gráficos, porcentagens e estudos probabilísticos”, enquanto na investigação qualitativa “os dados não são passíveis de serem matematizados”, prestando-se neste método, enquanto instrumento de coleta de dados, “a entrevista, questionários abertos, registros fotográficos, filmagens, técnica de discussão em grupo”. (MARQUES, 2010, p. 38 e 39).

2.1.3 Técnicas de Investigação

As técnicas de investigação da área de estudo foram escolhidas para melhor atender os objetivos da pesquisa, desta forma foram definidas duas técnicas: a revisão bibliográfica; e a pesquisa de campo com aplicação de questionários.

A revisão bibliográfica é aquela em que “os dados secundários são obtidos mediante consulta feita nos livros, revista, jornais, enciclopédias, etc.” (MARQUES 2010, p. 55). Neste sentido, foram buscadas fontes secundárias que versam sobre urbanização (em contexto nacional, regional e local), degradação ambiental, planejamento urbano, e as mudanças no espaço urbano macapaense a fim de entender a atual conjuntura da cidade e da área a ser estudada, como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, apresentando-se assim como procedimento

importante na definição das bases teóricas que permeiam este estudo e as propostas de intervenção.

A pesquisa de campo é na visão de Marques (2010, p. 54) a que “coleta dados primários, ou seja, aqueles obtidos diretamente na fonte, independente se a abordagem é qualitativa ou quantitativa.”. Assim, foram aplicados questionários com os moradores da área de estudo, possibilitando a coleta de fontes primárias, bem como a definição do perfil da população que vive na área. Neste formulário foram elencadas as seguintes variáveis: perfil social, características da habitação e infraestrutura urbana, avaliação do meio ambiente e equipamentos sociais e urbanos; e, a percepção da relação dos moradores com o rio. Como mostra o quadro 1.

Quadro 01: Variáveis e itens pesquisados

| Variáveis | Itens pesquisados |
|--|---|
| 1. Caracterização Familiar | Naturalidade Escolaridade Tempo que mora na área Renda familiar |
| 2. Caracterização da Habitação | Tipologia de construção; Quantidade de cômodos; Número de moradores no domicílio; Instalações sanitárias; |
| 3. Caracterização da Infraestrutura Urbana | Serviços públicos como água; iluminação e coleta de lixo. |
| 4. Avaliação do Meio Ambiente | Impressão quanto a quantidade de lixo; |
| 5. Avaliação dos Equipamentos Sociais | Satisfação quanto aos equipamentos sociais (escola, posto de saúde e segurança). |
| 6. Percepção da relação com o local | Atividades que envolvam a utilização do rio; Existência de algum significado do rio para o habitante da área; Motivo de habitar a área. |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

2.1.4 Etapas da Pesquisa

A pesquisa foi dividida em oito etapas com base na metodologia anteriormente explanada. As etapas podem ser conferidas sucintamente no quadro 2 para entendimento de como o trabalho foi executado. Cabe ressaltar que os trabalhos de pesquisa foram iniciados no ano de 2013, sendo o pesquisador integrante do grupo de Pesquisa: Políticas de Meio Ambiente, Territorialidades e Espaço na Amazônia Transfronteiriça, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP.

Quadro 02: Etapas da pesquisa

| Etapa | Procedimento | Período |
|--------------|---|-----------------------------|
| 1 | Visita para conhecer a área de estudo | Jun./2013 |
| 2 | Revisão da Literatura e Informações da área em órgãos institucionais | Jun./2013 a Ago./2013 |
| 3 | Visita de campo para análise da área | Set./2013 |
| 4 | Confecção dos mapas com base na visita e levantamento junto aos órgãos públicos das etapas anteriores | Abr./2014 a Mai./2014 |
| 5 | Elaboração e aplicação de questionários | Jul./2014 |
| 6 | Tabulação dos resultados da pesquisa | Jul./2014 |
| 7 | Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso I | Jul./2014 a Ago./2014 |
| 8 | Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso II | Set./2014 a Jan./2015 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na visita da área de estudo para observação inicial dos principais problemas com o registro fotográfico a fim de criar um primeiro panorama da área e dos principais problemas ali existentes.

Na segunda etapa foi revisada a literatura a respeito de temas que se encaixam no estudo das cidades e intervenções urbanas e ainda foram coletadas informações sobre a área nos órgão públicos estaduais e municipais, tais como SEINF (Secretária de Estado de Infraestrutura), SIMS (Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização Social), SEMDUH (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional), CAESA (Companhia de Água e Esgoto do Amapá), CEA (Companhia Elétrica do Amapá) e SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente). Assim foi

possível embasar a pesquisa teoricamente e conhecer os serviços públicos fornecidos pelos órgãos, bem como os projetos existentes para a área.

Em seguida a terceira etapa da pesquisa foi colocada em prática com mais uma visita a campo com objetivo de fazer mais um registro fotográfico, leitura mais elaborada das questões urbanas e sociais, e conversa com alguns moradores da área a respeito dos problemas.

A quarta etapa da pesquisa consistiu na elaboração de mapas com base nas informações coletadas nas etapas de visita de campo e levantamento de dados junto às instituições. Neste sentido foram criados mapas de fluxo viário, uso e ocupação do solo, cheios e vazios, elementos naturais, dentre outros que serão expostos neste capítulo.

As etapas seguintes foram reservadas para a elaboração e aplicação dos questionários (etapa 5) e posterior tabulação dos resultados dos mesmos (etapa 6). Assim, avaliado os levantamentos feitos nas fases 01 a 06, a etapa 07 consistiu na elaboração deste trabalho final da disciplina de TCC 1 que congrega todas as etapas da pesquisa embasou a elaboração da proposta de intervenção urbana.

A última etapa, se deu após a apresentação de TCC 1, consistindo nas devidas revisões e complementações solicitadas pela banca examinadora, e elaboração de projeto arquitetônico a nível de projeto básico.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.2.1 Localização e delimitação da área da pesquisa

A área de estudo da presente pesquisa está localizada no município de Macapá, capital do Estado do Amapá, região norte do Brasil. Macapá tem aproximadamente 437.255 habitantes (BRASIL, INSTITUTO, 2011). Na malha urbana macapaense o bairro Araxá está localizado na região sudeste da cidade, as margens do rio Amazonas.

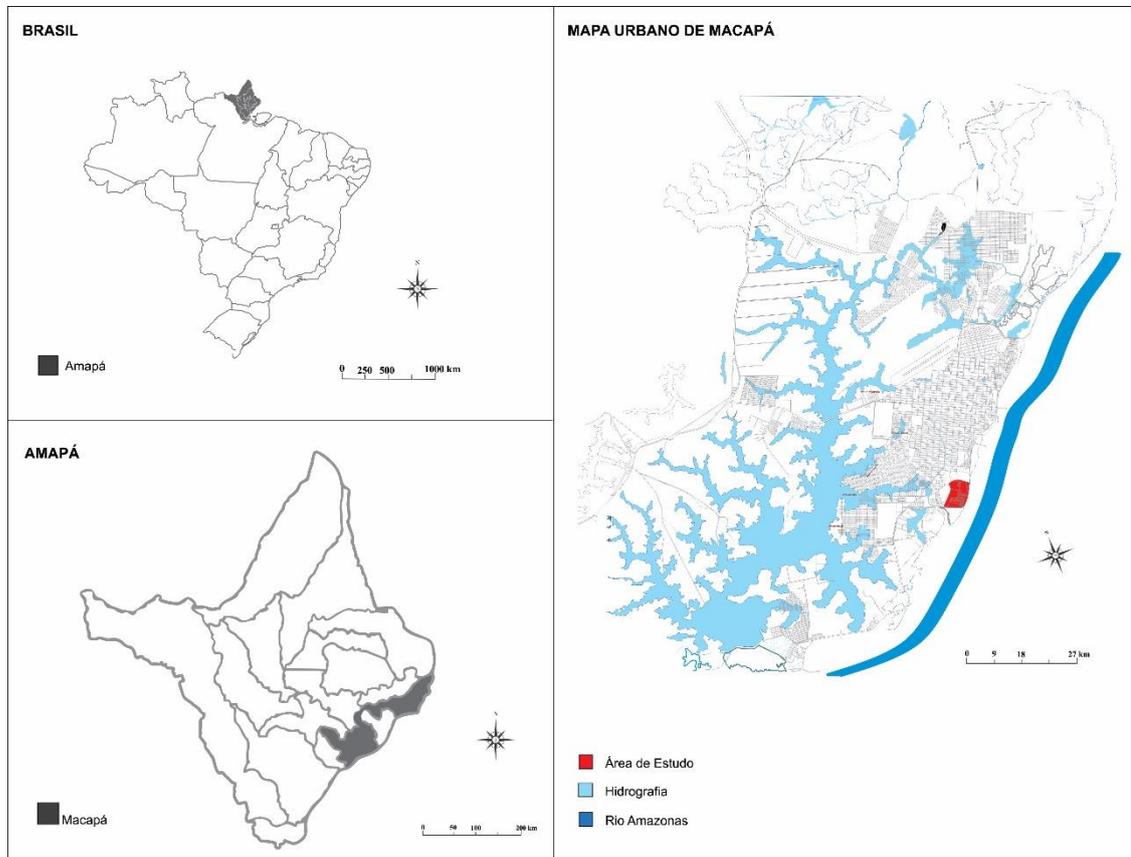


Figura 10: Localização da área de estudo
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A pesquisa trabalhou com todas as características do bairro do Araxá, haja vista que as intervenções no espaço urbano devem ser pautadas em um estudo amplo que envolva o maior número de condicionantes possível do local onde serão inseridas as intervenções. Contudo, o trabalho procurou focar em uma população específica: a que vive as margens do rio Amazonas (Figura 11), por verificar nas análises que a mesma está inserida em uma das áreas mais problemáticas do bairro. Tal afirmação se fundamenta no fato de as pessoas que moram neste local sofrerem com o fenômeno das marés que já destruiu várias casas e obrigou famílias a se retirarem do local.



Figura 11: Mapa do bairro: delimitação da área de estudo
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Uma das causas para este problema, é explicada por um fenômeno geomorfológico conhecido como terras caídas, fenômeno natural, geralmente imprevisível, em que ocorre desbarrancamento ou desprendimento das margens dos rios, ocasionando o deslocamento de grande quantidade de solo para dentro do leito (CONAMA, 2010).

Segundo o último levantamento realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o bairro do Araxá tem 8.713 habitantes. Ainda de acordo com o Instituto existem 709 domicílios particulares em aglomerados urbanos sub-normais⁵, abrangendo uma população de 3.453 moradores vivendo em condições precárias. No que diz respeito a população da área da pesquisa o contingente é de 396 habitantes distribuídos em 87 moradias.

⁵ Termo criado pelo IBGE e utilizado pela primeira vez no censo demográfico de 1991. O conceito foi criado a partir de reunião entre o Instituto, representantes da comunidade acadêmica e de órgãos governamentais. Assim foi definido que um aglomerado é “um conjunto constituído de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa” (Censo Demográfico 2010 – Aglomerados Subnormais Primeiros resultados)

2.2.2 A ocupação do bairro Araxá e das margens do rio Amazonas

O surgimento do bairro Araxá foi consequência da vertiginosa expansão urbana ocorrida em Macapá após a transformação do Amapá em Território Federal. Como descrito anteriormente, as áreas próximas à Fortaleza de São José foram densamente ocupadas desde a gênese do núcleo central urbano. Segundo Penafort (apud⁶ SANTOS (2008), “nos primórdios da década de 80 inicia-se a execução de projetos urbanísticos objetivando o saneamento e a melhor estética na frontal sul a Fortaleza de São José de Macapá”. Dentre esses bairros encontrava-se o Araxá, que segundo o mesmo autor, eram “espaços desordenados, insalubre e seus habitantes eram na maioria ribeirinhos, que sobreviviam do comércio de pescado e da caça”.

Na década de 1990, esta área foi constantemente utilizada como lazer onde as pessoas frequentavam para se banhar, por este motivo por muito tempo o local foi chamado de ‘praia do Aturiá’. Contudo, nesta década o espaço não era dotado de quaisquer infraestruturas, somente pequenos bares, sendo assim utilizado para fins de lazer. Porém em meados da década de 1990, de acordo com moradores mais antigos da área do Aturiá, o local foi aos poucos deixando de ser frequentado para esta finalidade e as edificações de uso habitacional passaram então a fazer parte do cenário da orla fluvial urbana, causado, sobretudo pela expansão e adensamento do bairro Araxá.

Ocupando inicialmente as margens do rio Amazonas, os moradores adensaram bastante a faixa de orla do bairro e a consequente expansão da malha urbana chegou às pequenas áreas alagadiças que se tornaram também alvo de acesso e construção de moradias. Hoje essas áreas, margem do rio e área de ressaca constituem-se como um dos principais problemas sociais, econômicos e ambientais do bairro, uma vez que ambas foram ocupadas de forma desordenada, causando tais problemas.

As famílias que construíram moradia na orla, hoje são alvo de constantes ameaças em virtude do fenômeno da maré que cada vez mais tem avançado e assoreado as margens, obrigando muitas famílias a se retirarem do local. Esta situação é agravada em razão da ausência de um planejamento urbano que evitasse tais problemas, parte do trecho onde ainda existia muro de arrimo também foi destruída pela força das marés.

⁶ PENAFORT, Hélio. (1994). Barcellos: síntese de dois governos. Macapá: (s/n).

2.3 ANÁLISE DA ÁREA E ENTORNO

Neste item serão expostos os mapas do bairro no qual se insere a área de estudo, confeccionados a partir da percepção do que foi observado nas visitas in loco. Esta leitura de como se configura o bairro permitirá traçar um panorama da situação atual do bairro, assim como propiciará a formulação de possíveis cenários que minimizem os problemas encontrados.

Inicialmente, foram levantados os tipos de uso do solo no bairro (Figura 12). Nesta análise pôde ser verificado que o bairro é utilizado majoritariamente para fins residenciais. No que tange as áreas de uso misto, edificações desta tipologia concentram-se, sobretudo no eixo da Rua Setentrional, a principal via do bairro que se interliga com a Avenida Equatorial, estes estabelecimentos são compostos, em sua maioria, de casas conjugadas com pequenas e médias mercearias. É neste trecho ainda que se concentram às atividades exclusivamente comerciais do bairro. No que diz respeito as atividades institucionais as únicas encontradas são de caráter educacional e de segurança uma UPC (Unidade de Polícia Comunitária) o restante são edificações religiosas.

As áreas em tons de vermelho são onde foram encontradas atividades exclusivamente residenciais, enquanto que as áreas em vermelho mais claro também são utilizadas para fins habitacionais com a particularidade de se caracterizarem como grandes aglomerados onde as pessoas vivem em áreas de palafita, dentre elas a área de estudo, às margens do rio.

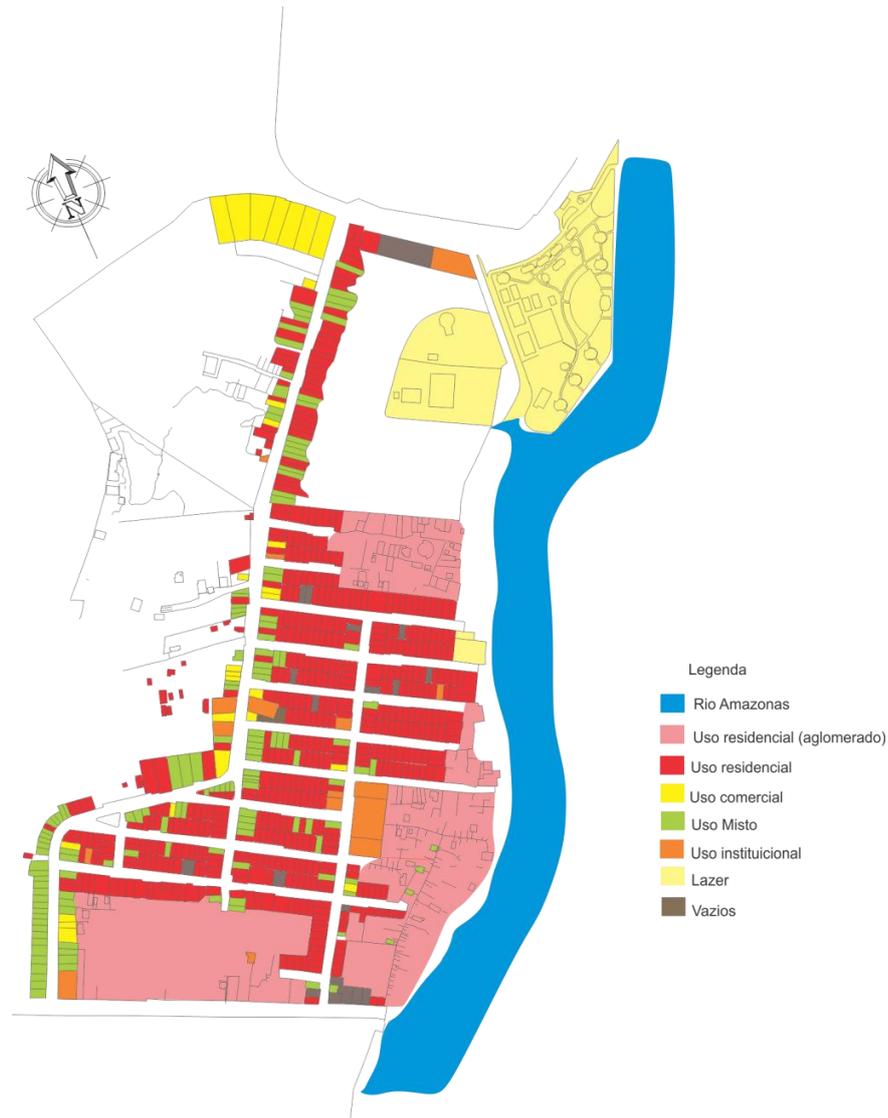


Figura 12: Uso e ocupação do solo
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Procurou-se ainda caracterizar a área quanto a altura das edificações, e foi constatado que a predominância é de habitações com apenas um pavimento, como mostra a figura 13. Dentre as edificações de apenas um pavimento procurou-se destacar aquelas que têm pé-direito acima de cinco metros, estas mais ligadas a órgãos institucionais como escolas, igrejas e áreas comerciais compostas de grandes galpões funcionam como loja de materiais de construção. Somente uma edificação com três pavimentos foi encontrada, o prédio do Ministério Público do Estado.



Figura 13: Altura das edificações
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Além do uso e ocupação do solo foram verificados os cheios e vazios do bairro e pôde ser observado que o mesmo é bastante adensado, havendo poucos vazios urbanos (Figura 14). No entanto existem duas grandes áreas vazias nos extremos sul e norte, sendo a primeira, uma área particular que conserva uma grande massa

vegetal natural, e a segunda, também privada, na qual funcionava uma associação recreativa, hoje desativada.



Figura 14: Cheios e vazios urbanos
Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Com relação as vias, o bairro possui uma malha viária bastante deficiente e sem infraestrutura, com um traçado tradicional. As avenidas Setentrional e Equatorial são as vias arteriais (Figura 15), portanto a de maior fluxo de carro e pessoas no bairro, apesar de não serem dotadas de infraestrutura viária que suporte este tráfego. Enquanto a primeira já perdeu quase toda sua malha asfáltica, a segunda tem um asfalto de péssima qualidade. As demais vias (uma única coletora e o restante local) não possuem nem um tipo de pavimentação.



Figura 15: Mapa de hierarquia viária do bairro
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Dentro deste estudo das hierarquias viárias utilizou-se ainda o conceito de Lynch a respeito de vias. Segundo o autor “as vias são os canais de ligação ao longo dos quais o observador se locomove de modo habitual, ocasional ou potencial” (LYNCH, 1918). Neste sentido foram levantados os demais tipos de vias peculiares existentes no bairro, que vão além das ruas e avenidas comumente encontradas nas cidades. Duas tipologias viárias foram percebidas: a viela (becos) e as estivas (Figura 16). A primeira se caracterizando como ruas estreitas, ou muitas vezes como becos sem saídas, enquanto a segunda são pontes em madeira, encontradas nas áreas de ressaca e próximas às margens do rio, utilizadas para locomoção e acesso às moradias.



Figura 16: Vias do bairro
Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

Estas vias peculiares são encontradas principalmente nos locais mais pobres do bairro, onde as habitações são precárias e a falta de serviços públicos é mais visível.



Figura 17: Tipo de via: palafitas
Fonte: O autor, 2014



Figura 18: Tipo de via: vielas/becos
Fonte: O autor, 2014.

No levantamento do entorno procurou-se ainda mapear os elementos naturais presentes do bairro (Figura 19), no qual pôde ser observado que a área apresenta dois importantes elementos da cidade: o rio Amazonas e áreas de ressaca. O rio por compor uma das maiores bacias hidrográficas de água doce do mundo, enquanto que as ressacas por serem um importante elemento natural responsável por equilibrar o clima da região e ser habitat de algumas espécies de peixe.

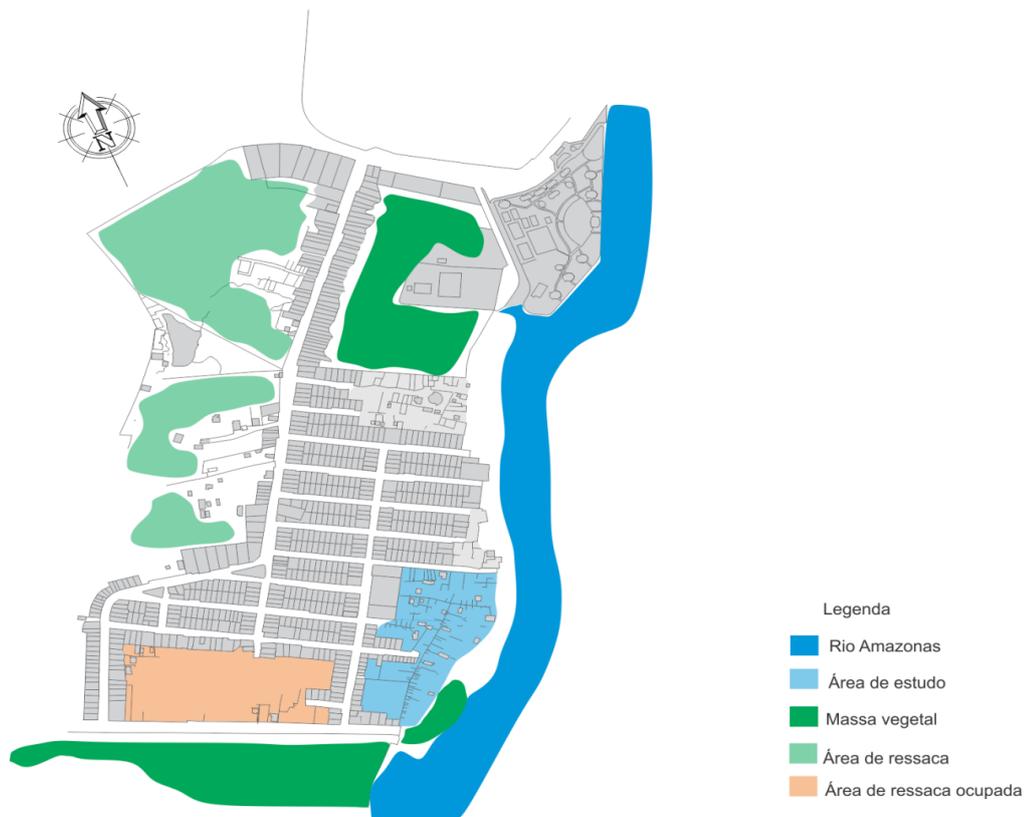


Figura 19: Mapa dos elementos naturais do bairro
Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Apesar disso, estes dois elementos caracterizam-se também pela ocupação irregular. Uma das ressacas é ocupada e um trecho da margem do rio também, caracterizados pelo grande número de habitações e pela degradação do meio ambiente. Outro elemento natural encontrado foram áreas com massa vegetal preservada.

Essa proximidade com o rio, aliado a malha urbana favoreceu a ventilação natural para o bairro (Figura 20), motivo este apresentado pelos moradores como uma das vantagens em morar na área.

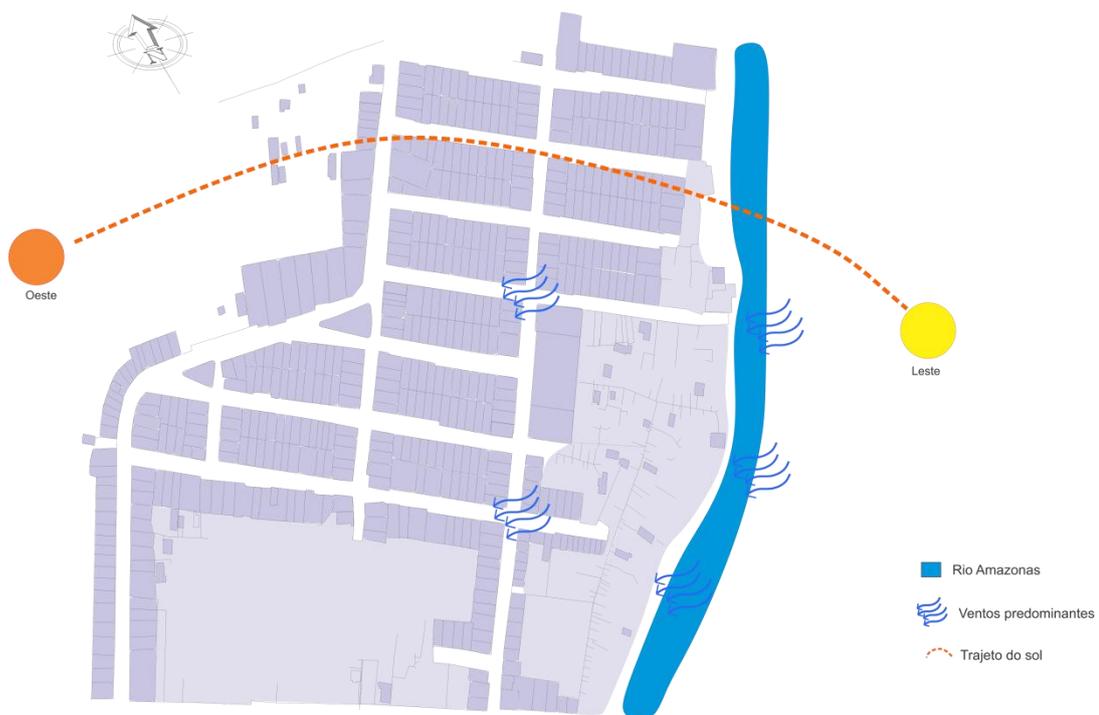


Figura 20: Mapa dos ventos predominantes
Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Contudo, um elemento fundamental que poderia agregar à localização do bairro, ao traçado urbano e a predominância dos ventos, não se faz presente no bairro: a arborização urbana⁷.

⁷ A arborização urbana é caracterizada principalmente pela plantação de árvores de porte em praças, parques, nas calçadas de vias públicas e nas alamedas e se constitui hoje em dia uma das mais relevantes atividades da gestão urbana, devendo fazer parte dos planos, projetos e programas urbanísticos das cidades. Fonte: SANTOS, Antônio Silveira Ribeiro dos. *Arborização Urbana: importância e aspectos jurídicos*. Disponível em: < <http://www.ultimaarcadenoe.com.br/arborizacao-urbana/> > Acessado em 20 de dez. 2014.



Figura 21: Arborização do bairro
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

2.3.1 A realidade urbana, social e ambiental

Como abordado anteriormente, as famílias que vivem na orla do bairro Araxá, hoje tem de lidar com o fenômeno da maré que tem avançado e assoreado as margens do rio, obrigando muitas famílias a se retirarem do local. De acordo com a Defesa Civil – AP os problemas começaram a ser agravados no ano de 2008, enquanto um trapiche ruiu em razão da força da maré. Esta obra estava sendo construída para fins de lazer nas programações do Macapá Verão, como forma de incentivar a população a utilizar a área como utilizado na década de 1990, de praia. Desde então, os problemas na orla do bairro foram se agravando. Nos últimos anos tem aumentado cada vez mais o número de, residências e passarelas de madeira acometidos pela força da maré e dos fortes ventos dessa área.



Figura 22: Casas as margens do Amazonas, na área estudada
Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Atualmente, uma obra para construção de um muro de arrimo vem sendo executada com objetivo de mudar a atual estética do bairro (Figura 23) e retirar as famílias do local onde hoje residem. Contudo, os processos burocráticos, as constantes paralizações da obra, só tardam a minimização dos problemas enfrentados pelos moradores. No que diz respeito à moradia, há dois anos iniciou a construção de 512 (quinhentas e doze) unidades habitacionais (Figura 24) a fim de serem entregues as famílias que ainda residem na orla do Amazonas e as que já foram obrigadas a se retirar e hoje vivem em casa de familiares ou recebem auxílio do poder público para aluguel de apartamentos.

Estas famílias serão retiradas da orla para serem remanejadas para o bairro Pedrinhas. Contudo até hoje alguns moradores ainda se recusam a sair de lá com a justificativa de não quererem morar em outro local ou alegando que o auxílio ofertado pelo poder público é insuficiente para encontrar moradia adequada⁸.

⁸ De acordo com a SIMS o valor do auxílio moradia atualmente é de R\$ 350.



Figura 23: Proposta para orla do bairro

Fonte: Disponível em: <http://www.agenciaamapa.com.br/noticia/35102/>, 2013.



Figura 24: Conjunto habitacional

Fonte: Disponível em: <http://www.agenciaamapa.com.br/noticia/35102/>, 2013.

Apesar de muitas famílias terem saído após perda parcial ou total de suas casas, ainda existem algumas que não quiseram se retirar do local (Figura 25), sendo obrigadas a assinarem um termo de compromisso assumindo o risco de ali permanecerem.



Figura 25: Casas de famílias que se mantem no local
Fonte: O autor, 2014.

Os moradores que vivem nas áreas de ressaca também habitam casas de madeira, usam passarelas de madeira para se locomoverem (Figura 26), sendo estas, em sua maioria deteriorada, que prejudica o deslocamento da população residente no local, em especial de pessoas com maiores dificuldades de locomoção, a exemplo de idosos e portadores de necessidades especiais.



Figura 26: Passarelas em madeira pelas quais a população se locomove
Fonte: O autor, 2014.

Os moradores destas áreas não são assistidos por serviços de saneamento básico, este na verdade um problema existente em toda a cidade, visto que somente 3% das residências tem acesso à coleta de esgoto, o restante das casas trata o esgoto implantando fossas sanitárias. Realidade comprovada na pesquisa de campo onde 77% dos entrevistados afirmaram utilizar fossa séptica para despejo dos dejetos. A

pesquisa constatou ainda um dado preocupante: 7% dos moradores despejam os dejetos em valas a céu aberto e 15% afirmam despejá-los em áreas próximas ao rio.

Porem este não é o único problema com relação aos serviços públicos, o abastecimento de água é problemático, de acordo com a CAESA mais de 60% das residências de Macapá não são atendidas por água encanada. Com relação ao bairro do Araxá a maioria das casas possui água encanada, mas de acordo com a Companhia a maior parte foi adquirida de maneira clandestina⁹, desta forma com o passar do tempo se iniciou o processo de regularização dessa situação, mas ainda é ínfima perto a quantidade de casas que mantém o acesso à água irregular.

A iluminação pública é fornecida de maneira precária, por meio de postes em madeira que muitas vezes ameaçam cair, por conta da falta de manutenção por parte do poder público (Figura 27). Tais postes são constantemente utilizados para obtenção de energia de forma irregular, 64% dos entrevistados afirmou ter energia elétrica em suas casas, porem a mesma não é fiscalizada pelo órgão fornecedor.¹⁰



Figura 27: Má condição do fornecimento de energia
Fonte: O autor, 2014.

A elevada quantidade de lixo encontrada na área é facilmente visível. Nas áreas alagadiças, em razão do difícil acesso entre as passarelas, o sistema adotado foi a implantação de lixeiras nas entradas das pontes, onde os moradores precisam levar seus lixos até as mesmas para posterior coleta da empresa que presta o serviço

⁹ Clandestina: aquilo que é contra a lei, irregular, imoral. Dicionário on-line Aurélio. Disponível em: <http://www.dicionarioaurelio.com/>

¹⁰ É importante ressaltar que as ressacas, não deveriam receber esses serviços de infraestrutura como água ou luz elétrica, tendo em vista que são áreas de proteção ambiental.

de coleta de lixo. Ainda assim, é possível encontrar lixo em grande quantidade despejado diretamente nas rissacas, visualizado na figura 28, comprometendo seriamente a conservação da mesma. Nas ruas dos bairros encontramos muito lixo jogado nas mesmas, agravando em períodos chuvosos em que parte das ruas alaga e se transformam em uma grande área de lixo e lama (Figura 29).



Figura 28: Excessiva quantidade de lixo encontrado na área
Fonte: O autor, 2014.



Figura 29: Situação de uma das ruas do bairro
Fonte: O autor, 2014.

O cenário apresentado denota que a política adotada pelo Estado se configura pela ausência de ações que visem solucionar os problemas urbanos, sociais e ambientais enfrentados pelos moradores da área do Araxá. Ou seja, uma política caracterizada pela escolha em não planejar, visto que o Estado detém decisões

importantes do que, onde e para quem executar determinadas ações. Tal conjuntura, reflexo da produção do espaço capitalista das cidades que exclui uma grande parcela da sociedade e que é obrigada a viver em comunidades sem serviços básicos e assistência por parte do poder público, onde a própria população, muitas vezes taxada como agressora do meio ambiente, torna-se vítima de uma sociedade desigual que não oferece a todos igual oportunidade de morar bem e acessar aos serviços básicos para uma sobrevivência digna.

2.4 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS APLICADAS

2.4.1 Das características socioeconômicas.

O questionário aplicado procurou ainda levantar questões que caracterizassem os moradores locais a respeito da escolaridade, renda familiar, cidade de origem e o porquê de habitarem aquela área e a relação criada para com a mesma.

A respeito da cidade de origem foi verificado que 63% da população da área é natural do Estado do Pará, procedente em sua maioria de cidades da região das ilhas paraenses, como Afuá, Breves, Bagre e Anajás. Natural do Amapá representam 29% e do estado do Maranhão 8%. Este cenário corrobora a respeito com estudos anteriores que afirmam que a maioria dos habitantes destas áreas advém das ilhas paraenses. Na tabela 01 é possível ver o percentual de habitantes vindo de cada cidade destes três Estados.

Tabela 01: Cidade de origem dos habitantes

| Estado | Município | % |
|---------------|------------------|------------|
| Amapá | Amapá | 5 |
| | Macapá | 16 |
| | Laranjal do Jari | 5 |
| | Tartarugalzinho | 3 |
| Maranhão | Pinheiro | 5 |
| | São Luis | 3 |
| Pará | Afuá | 19 |
| | Anajás | 8 |
| | Bagre | 8 |
| | Belém | 3 |
| | Breves | 14 |
| | Chaves | 5 |
| | Gurupa | 3 |
| | Santarém | 3 |
| Total: | | 100 |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A respeito da renda, pôde ser constatado que trata-se de uma população de baixo poder aquisitivo: 39% dos entrevistados vivem com até um salário mínimo, enquanto 46% tem renda mensal de até dois salários. O percentual de pessoas que vivem com menos de um salário mínimo é de 15%.

2.4.2 Características da habitação

Ao avaliar as questões habitacionais foi confirmado que as casas são em sua totalidade de madeira, havendo poucas com algum elemento em alvenaria (geralmente o banheiro). Em todas as casas pesquisadas verificou-se que a telha Brasilit é a mais utilizada para cobertura.



Figura 30: Tipologia habitacional predominante
Fonte: O autor, 2014.

Notou-se ainda que as habitações geralmente são compostas de poucos cômodos, em sua maioria sobrados com uma divisão para um quarto e o restante grandes vãos divididos por móveis que mesclam entre sala, cozinha e outros dormitórios. É comum uma área de serviço onde se encontra também o jirau utilizado pelas donas de casa para o preparo de alimentos e lavagem de louças, feito em madeira que se encontra aos fundos da casa.

2.4.3. Avaliação do meio ambiente e equipamentos sociais

Na pesquisa procurou-se ainda perceber como os moradores notavam a degradação do meio ambiente avaliando a presença de lixo no local onde eles moravam. Percebeu-se então que 69% considerava alta a quantidade de lixo, enquanto somente 23% e 8% consideraram médias e baixas, respectivamente.

No que tange os equipamentos sociais, foi avaliado o grau de satisfação dos moradores a respeito de itens como escola, posto de saúde e de segurança. Dentre os graus de satisfação (Figura 25), 65% dos moradores se mostraram insatisfeitos com os equipamentos sociais e 3% muito insatisfeitos, este índice elevado foi justificado por muitos moradores pelo fato de não haver no bairro uma unidade básica de saúde. Dentre os entrevistados, 33% se disseram satisfeitos com os equipamentos sociais, apontado a segurança como um fator que melhorou após a implantação da UPC, além da existência de escolas de ensino infantil no bairro.

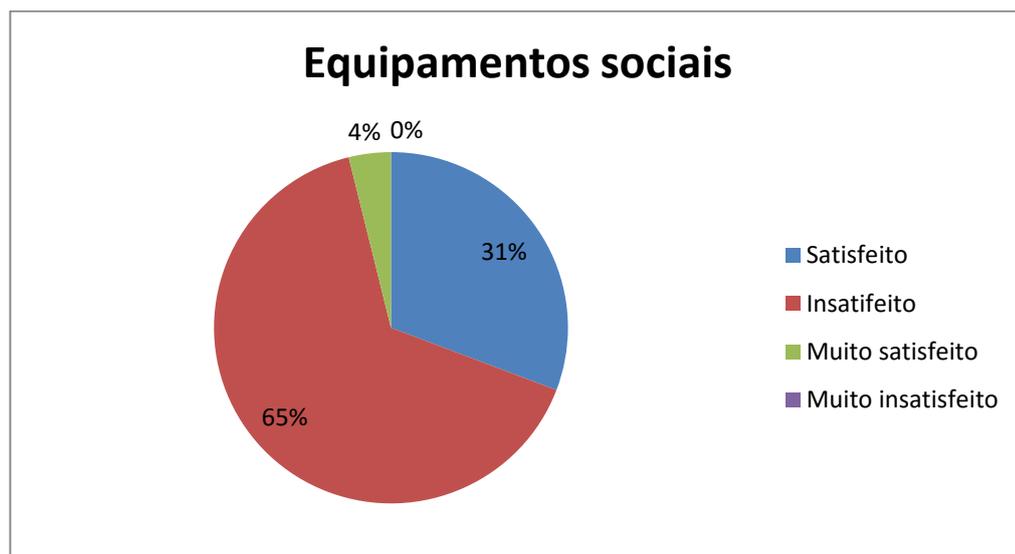


Figura 31: Gráfico de índice de satisfação quanto aos equipamentos sociais
Fonte: Elaborado pelo autor, 2014

2.4.4 Percepção da relação com o local

A aplicação do questionário procurou ainda perceber qual era a relação dos entrevistados com o local, se os mesmos gostavam de morar na área, o motivo e atividades relacionadas à utilização do rio. No que diz respeito a morar na antiga praia do Aturiá, 69% dos entrevistados afirmaram gostar de viver no lugar. Dentre os motivos elencados destacam-se: a proximidade com o centro e o fato de estarem acostumado (percentual de 25% cada um); o lugar ser calmo (19%) e pelo fato de ser próximo do rio (16%) e ser uma área bem ventilada (15%).

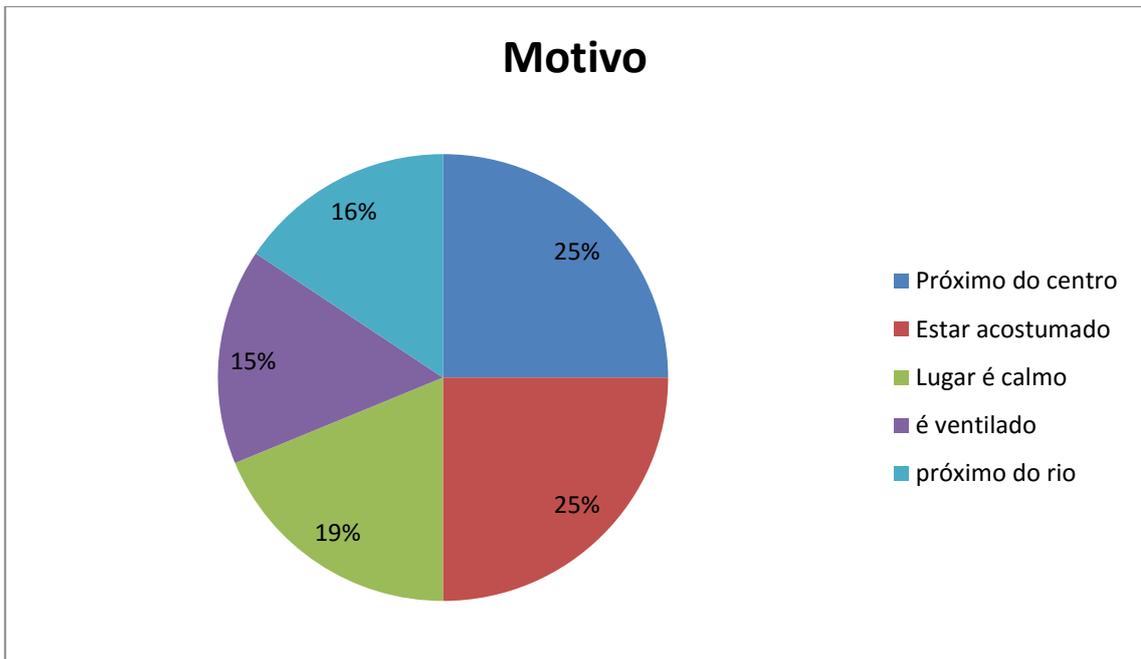


Figura 32: Gráfico do motivo de gostar de morar na área
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Com relação a utilização do rio para alguma atividade percebeu-se que este elemento natural é a área de lazer da maioria das famílias, 63% afirmaram utilizar o rio como balneário, 32% não faz uso do mesmo e 5% o utilizam para atividades econômicas, geralmente ligadas à pesca.

A maioria dos moradores afirmou que não gostariam de sair da área (95%), pois se identificam e estão acostumados com o lugar, além de ser próximo ao centro, complementando que apenas gostariam de melhores condições de vida e acesso a serviços de saúde.

Diante dos resultados advindos da pesquisa de campo, mapeamento das características do bairro, levantamento fotográfico e aplicação de questionário, concluiu-se que a área estudada sofreu com o crescimento desordenado, advindo da expansão da malha urbana da cidade e fruto da inoperância do poder público que não ágil frente aos problemas que foram se consolidando, permitindo assim o crescimento da comunidade sem qualquer planejamento, o que caracterizou a área com: a) moradias precárias; b) falta de infraestrutura, o que tem incidido em danos ao meio ambiente; c) um bairro que apesar de ventilado não detêm de boa arborização; d) um espaço com poucos equipamentos sociais e urbanos. Cabe ainda ressaltar que a pesquisa mostrou que a atual proposta para área (a remoção das famílias para construção do muro de arrimo) não está em consonância com princípios do

planejamento urbano democrático, pois o remanejamento das famílias que moram as margens do rio não representa a vontade das mesmas. Assim, uma proposta de intervenção urbana que resolva os problemas acima elencados e esteja de acordo com o que foi percebido da comunidade na pesquisa de campo se faz necessário para melhorar a qualidade de vida dos moradores da área e do entorno.

CAPÍTULO 3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Os resultados obtidos na pesquisa de campo, através de visita e aplicação de questionário, explanados no capítulo anterior, apontam para necessidade de pensar intervenções urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que melhorem as condições de vida na área de estudo, intervenções estas pensadas de maneira a se aproximar dos anseios e costumes das famílias que vivem na orla do bairro.

Neste sentido, a proposta de intervenção visa a melhoria das condições de vida das famílias, remanejando as mesmas para um conjunto habitacional, procurando mantê-las próximo ao local onde vivem atualmente. Para tal, será apresentado primeiramente um breve histórico das políticas habitacionais no Brasil e quais as características dessa produção no que tange a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo. Em seguida será explanado o processo de concepção e criação e a proposta final para o conjunto habitacional “Beira-Rio”.

3.1 HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL – HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS HABITACIONAIS

As políticas de habitação de interesse social no Brasil surgem a partir de uma realidade histórica que é a falta de moradia digna a milhares de pessoas. No Brasil, a questão habitacional foi agravada por uma série de acontecimentos que se deram a partir do século XIX. A imigração europeia para trabalhar no campo e na indústria brasileira e o fim da escravidão (que fez com que milhares de negros fossem expulsos dos campos e migrassem para as cidades) são pontos que acarretaram o aumento populacional das cidades, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, aumentando a demanda não somente pra diversos serviços, como também por moradia. (MARICATO, 1997).

Diante da crescente demanda por moradia, a primeira ação do Estado foi disponibilizar créditos para que empresas privadas produzissem habitação. Assim, algumas empresas passaram a produzir loteamentos voltados para classes altas, e outras produziram edifícios para habitação coletiva, que acabaram por se tornar a melhor opção para os mais pobres que poderiam permanecer nas cidades e próximo do centro e das indústrias. (PECHMAN; RIBEIRO, 1983).

No entanto, o setor privado não estava obtendo lucro com a construção de habitações individuais em vista do alto custo das mesmas (principalmente em

comparação com o valor das moradias ilegais que começavam a surgir). Desta forma, o governo passa a assumir a responsabilidade para com a habitação, financiando através do Instituto de Aposentadoria e Pensão, construção de moradias que seriam destinadas ao aluguel. Contudo, esta prática não se mostrou eficiente frente a demanda que já havia aumentado e em razão deste financiamento ser possível somente para as pessoas associadas ao Instituto.

Diante da baixa contribuição do Instituto de Aposentadoria e Pensão na política habitacional, e do crescente aumento no problema da falta de moradias, o governo cria em 1946 o primeiro órgão especialmente dedicado a tratar dos problemas de habitação: a Fundação da Casa Popular (FCP). Além de cuidar da questão da moradia a FCP foi encarregada de diversas outras funções acerca da política urbana, resultando em uma sobrecarga para um órgão que já enfrentava outros problemas, tais como, a falta de recursos e ausência de força política, assim, as atribuições da Fundação foram sendo reduzidas pelo governo federal, ficando praticamente inoperante (MOTTA, 2011).

A Fundação da Casa Popular apenas voltou a ter um papel de maior relevância na política habitacional no fim da década de 1950, quando o país passava por uma fase de avanço no setor industrial. Neste período o governo de Juscelino Kubistchek fortaleceu a Fundação a fim de minimizar o problema da falta de moradia que foi agravado pelo intenso processo de expansão urbana das cidades. Assim, o órgão recebe mais investimentos do governo e constrói um maior número de habitações.

Apesar do papel relevante da Fundação Casa Popular na política habitacional, em pouco menos de 20 anos de existência, foram produzidas cerca de apenas 17 mil casas, não tendo o papel mais relevante inicial proposto em sua concepção. Este fracasso da FCP pode ser explicado pelo caráter emergencial e pontual das ações, visto que o principal objetivo não era solucionar a estrutura do problema habitacional, mas restringia-se a “derivar dividendos políticos, quer sob a forma de votos, quer de prestígio” (AZEVEDO; ANDRADE 1982, p. 54). A Fundação da Casa Popular acaba por ser extinta em 1964, ano do golpe militar no Brasil.

No período em que o país foi governado por militares foi criado o Plano Nacional de Habitação. De acordo com Maricato (2000), a partir de 1964, houve a supervalorização dos planos diretores, que apesar de ser uma política urbana,

ignoravam os problemas da cidade ilegal, atentando assim na produção de habitação e obras de infraestrutura para a cidade legal (formal).

Durante a ditadura, foi criado um órgão para trabalhar exclusivamente no que tange a política de habitação, o Banco Nacional de Habitação (BNH). Segundo Azevedo e Andrade (1982 p. 61), a princípio, a este órgão caberia “orientar, disciplinar e controlar o SFH, para promover a construção e a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menor renda”. Para Motta, a trajetória trilhada pelo BNH pode ser dividida em três fases:

a primeira delas, de 1964 a 1969, foi a de implantação e expansão do BNH e das COHABs, com um considerável financiamento de moradias para o “mercado popular” (40% dos investimentos), convergindo com o objetivo do governo de se legitimar junto às massas. A segunda fase, de 1970 a 1974, consistiu em um esvaziamento e uma crise do SFH, sobretudo devido à perda do dinamismo das COHABs, que se tornavam financeiramente frágeis devido à inadimplência causada, principalmente, pela perda do poder de compra do salário mínimo, situação que atingia seus principais mutuários, oriundos das camadas pobres. [...] a terceira fase do SFH (1975 a 1980), caracterizada pela reestruturação e pelo revigoramento das COHABs, com aumento do número de moradias produzidas, a grande maioria destinada à classe média. (MOTTA, 2011).

Assim, restou as classes desfavorecidas a ocupação das favelas, o que explica na década de 1970 ter havido um elevado crescimento da ocupação de áreas ilegais. Segundo Lago e Ribeiro (1996), a ausência de fiscalização da venda de lotes, o aumento da inflação e a perda do poder de compra do salário, foram fatores que influenciaram no crescimento populacional nas favelas.

Com a crise financeira de 1980 os investimentos do SFH ficaram ainda mais comprometidos, contribuindo na extinção do BNH, em 1986, transferindo para a Caixa Econômica a função que o extinto órgão detinha.

Com a extinção do BNH e o baixo investimento no setor habitacional, o governo lança em 1987 o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, da Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), objetivando financiar moradia para famílias com renda inferior a três salários mínimos. No entanto, o Programa lançado pela SEAC não alcançou os objetivos almejados, principalmente em razão da inflação bastante alta no período e da falta de uma política e gestão do Programa bem definidas.

Segundo Motta (2011), na década de 1990, as políticas habitacionais pouco tiveram efetividade. Durante o governo Collor, foi lançado o PAIH (Plano de Ação Imediata para a Habitação), que propunha a construção de 245 mil habitações em 180 dias, porém não obteve êxito. No período de 1992 a 94, no Governo Itamar, houve a criação de dois programas, o Habitar Brasil e Morar Município que, apesar de propor construir moradia para a população de baixa renda, acabaram não tendo grandes efetivações tendo em vista a burocracia excessiva contida nos mesmos, impossibilitou muitos municípios captarem os recursos. No Governo Fernando Henrique (1995 - 2002) pouco foi posto em prática na questão habitacional, ainda que tenha havido o reconhecimento da necessidade de regularização fundiária e da ampliação da participação, a orientação neoliberal do governo e as restrições impostas pelos bancos internacionais, como o FMI, não permitiu que estes reconhecimentos fossem postos em prática (DENALDI, 2003).

De 2002 a 2010, período do Governo Lula, o principal programa voltado para habitação foi o Minha Casa Minha Vida (MCMV) que tinha como objetivo construir um milhão de moradias, para famílias com renda de 0 a 10 salários mínimos. Além da questão habitacional o Programa visava uma forma de superar a crise econômica mundial iniciada em 2008, através do estímulo à criação de emprego e investimento no setor da construção civil. Neste sentido, cabe ressaltar que o MCMV, assim como outros programas voltados para habitação, como o FCP e o BNH, acabam por colocar na iniciativa privada grande parte da responsabilidade da construção de habitação, posto que 97% do subsídio público são destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas e apenas 3% a cooperativas e movimentos sociais (FIX; ARANTES, 2009).

Neste sentido, é possível afirmar que os programas voltados para a habitação transformaram o problema da falta de moradia, uma obrigação a ser sanada pelo Estado, em uma questão puramente mercadológica (AZEVEDO; ANDRADE, 1982), colocando a iniciativa privada como a protagonista na produção de moradias. Isso permitiu que as habitações produzidas fossem pensadas, na maioria das vezes, dissociadas das características dos futuros moradores, preocupadas somente com a perspectiva econômico-financeira dos conjuntos habitacionais.

3.2 ARQUITETURA, URBANISMO E PAISAGISMO NA HABITAÇÃO POPULAR

A valorização da questão econômica nos projetos de habitação popular é um dos quesitos que permeiam por anos a construção dos mesmos. Apesar das constantes discussões acerca da necessidade de aliar as limitações financeiras com uma boa arquitetura, vemos atualmente diversos projetos de habitação concebidos a partir de uma perspectiva puramente simplista e apenas para “dar casas” à população de menor poder aquisitivo, muitas vezes, sem ao menos respeitar os princípios do desenho universal.

Ao traçar um perfil da arquitetura das habitações populares produzidas no Brasil, Baiardi (2006) afirma que entre os anos de 1930 e 1964, as houve uma grande preocupação com a implantação, principalmente no que diz respeito aos equipamentos sociais e de multiuso (Figura 33). Quanto às tipologias habitacionais, a mesma autora destaca as áreas internas generosas das moradias, a utilização de duplex (Figura 34), resultando em um excelente uso pós-ocupação.

Os conjuntos habitacionais construídos na década de quarenta tiveram grande influência das ideais de cidade moderna, preocupando-se em instalar equipamentos comunitários e áreas verdes coletivas. Foi neste período que as edificações verticais multifamiliares foram amplamente utilizadas. Na visão de Bonduki (1998, p. 163), até então “inexistia a própria ideia de conjunto habitacional”.

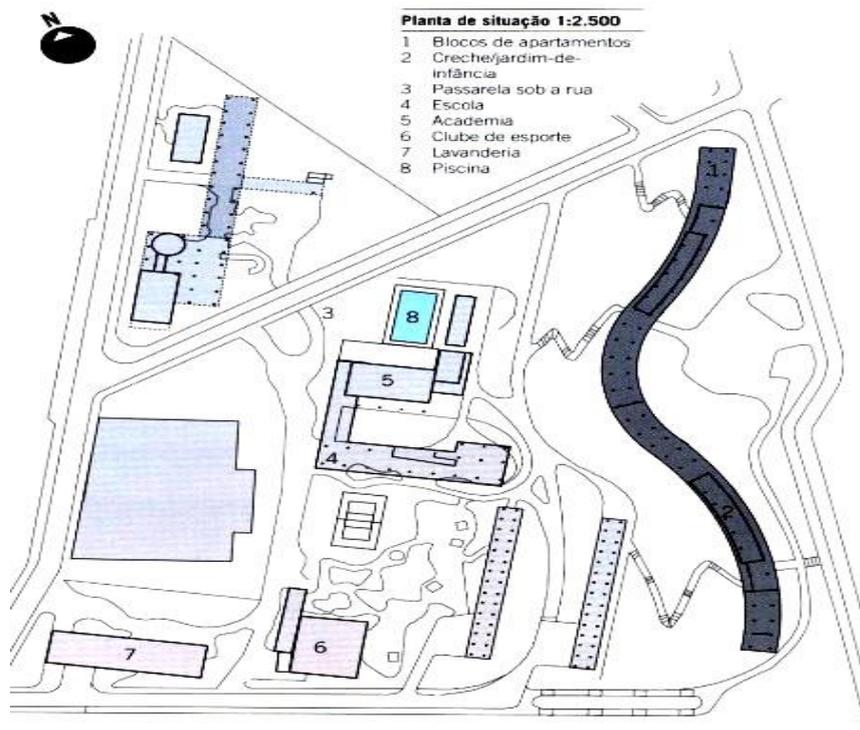


Figura 33: Implantação conjunto habitacional Pedregulho

Fonte: Disponível em: theurbanearth.wordpress.com/2009/08/26/arquitetura-moderna-no-brasil-pedregulho-de-affonso-eduardo-reidy/.

Visitado em: 20 dez. de 2014



Figura 34: planta baixa dos duplex do conjunto Japurá

Fonte: Baron, 2013.

No período que corresponde ao governo militar, destacou-se a baixa qualidade da arquitetura das habitações populares, sendo excessiva a padronização das tipologias implantadas em diversas cidades, além da redução dos espaços internos das edificações e a baixa qualidade no que tange o conforto termoacústico. Para Baiardi (2006):

os empreendimentos dessa época são, em geral, uma agressão ambiental e urbanística. Um retrocesso em relação ao período anterior, com raríssimas exceções, pois nunca mais se vivenciou projetos que se unissem arquitetura, urbanismo e habitação.

Na década de 1980, o país encontrava-se em um momento econômico de grande instabilidade, com altas taxas de inflação e perda do poder econômico por parte da população. Neste período, a produção habitacional caracterizou-se pela construção de moradias menores, poucas foram as que ultrapassaram cinquenta metros quadrados, padrão que tem se mantido até os dias atuais. Apesar disto, foi a partir da redemocratização do país que “observou-se maior diversidade de projetos e

soluções, eventualmente com certos ‘avanços’. Excelência na arquitetura e tipologia de alguns conjuntos” (BAIARDI, 2006).

No que diz respeito à localização dos conjuntos habitacionais é possível perceber um urbanismo segregacionista adotado pela maioria dos programas habitacionais, uma vez que é recorrente a inserção dos mesmos em áreas fora da malha urbana, distante do centro das cidades. Isto ocorre, principalmente, por conta do custo do terreno, uma vez que os lotes mais baratos são os mais distantes, e estes são adquiridos sobre o discurso de ser a única forma de garantir moradia digna, acessível e de baixo custo às famílias de menor renda. No entanto, a implantação desses conjuntos em terrenos mais distantes implica em custos sociais, em razão da necessidade de levar para esses lugares infraestrutura e serviços urbanos, além da dificuldade das famílias no acesso ao transporte público, pois na maioria das vezes tem que percorrer longas distâncias entre suas casas e seus locais de trabalho. (FERREIRA, 2012).

Cabe ainda ressaltar, que a má inserção dos conjuntos habitacionais requer maior tempo no deslocamento das famílias e promove péssimas condições de acessibilidade, o que acaba muitas vezes reforçando o modelo urbano baseado no uso de automóveis.

O paisagismo também é um elemento pouco levado em consideração nos conjuntos habitacionais produzidos. Isso se deve por conta dos projetos dificilmente atentarem para a questão habitacional dos conjuntos, assim, as áreas verdes são sempre de tamanho bastante reduzido, de maneira geral, são implantadas no espaço que resta após a implantação do edifício e a inserção de vagas de estacionamento. Desta forma, o paisagismo resume-se a alocação de vegetação de forma pontual, ou muitas vezes é ausente como é exemplo o conjunto habitacional “Cidade Macapaba” em Macapá – AP (Figuras 35 e 36).



Figura 35: Conjunto Habitacional Macapaba
Fonte: O autor (2014).



Figura 36: Conjunto Habitacional Macapaba
Fonte: O autor (2014).

Não são raros projetos habitacionais que removem completamente a vegetação natural existente nos terrenos, não procurando adequar os diversos projetos, de arquitetura, urbano e de paisagismo, às características do lote. A falta de preocupação na questão paisagística dos conjuntos habitacionais implica na baixa qualidade dos mesmos, pois a utilização da vegetação ajuda no microclima, na melhoria da qualidade do ar e na proteção contra radiação solar direta. O paisagismo possibilita ainda:

a redução do impacto ambiental, garantindo áreas permeáveis, recuperando córregos, valorizando e preservando elementos naturais. Permite também a retenção e absorção de águas pluviais no próprio terreno, inclusive prevendo seu reuso na irrigação das áreas verdes, reduzindo a contribuição à rede de drenagem urbana. (FERREIRA, 2012, p. 80)

Neste sentido, é importante frisar a relevância de pensar boas soluções paisagísticas para os conjuntos habitacionais, e que tais soluções sejam adotadas desde a ocupação do terreno para que seja possível criar áreas verdes e complementares as residências.

Sendo assim, ressalta-se a importância de repensar a arquitetura que tem sido produzida nas habitações populares, uma vez que a mesma tem sido imposta desconsiderando as características e necessidades dos principais atores envolvidos: os futuros moradores. Em razão desta, a proposta arquitetônica e urbanística a ser explanada procura ir de encontro ao que tem sido pensado e posto em prática na

maioria dos conjuntos habitacionais, visando aliar e respeitar os elementos arquitetônicos e costumes inerentes aos habitantes da área de estudo.

3.3 O CONJUNTO BEIRA-RIO

3.3.1 Conceituação

A região amazônica, além de ser caracterizada por sua grande massa verde, sempre foi conhecida por sua imensa bacia hidrográfica. Desde o início da ocupação na Amazônia, esta característica foi amplamente aproveitada, uma vez que as povoações erguidas na maioria das vezes ocupavam as margens dos rios.

Atualmente, a Amazônia tem diversos “povoamentos” denominados de “ribeirinhos”, os quais são aqueles que vivem as margens do rio, em casas de palafitas, como mostra a figura 37:



Figura 37: Moradias ribeirinhas

Fonte: Rogelio Casado. Disponível em:

<<http://rogeliodcasado.blogspot.com.br/2010/05/sonho-que-se-sonha-junto-realidade-se.html>>

Geralmente os ribeirinhos encontram-se em regiões mais afastadas dos centros urbanos, no entanto, é comum encontrar moradias com as mesmas características dos ribeirinhos, como é o caso da área do Aturiá, no bairro Araxá.

Esta característica amazônica de morar na “beira do rio” norteou o projeto do Conjunto, o qual levará em consideração alguns elementos arquitetônicos das casas existentes às margens do Amazonas, no Araxá. Tal proposta também pensada pela peculiaridade da orla do bairro, uma vez que não são apenas casas à beira do rio onde o mesmo é somente componente contemplativo e a orla passagem, como ocorre em outras partes da cidade, mas de fato composição da moradia ribeirinha, pois este é também espaço inserido no cotidiano dos moradores do local.

3.3.2 O projeto

O projeto do Conjunto Habitacional Beira-Rio, destina-se às 87 famílias que atualmente vivem sobre palafitas, as margens do rio Amazonas, no bairro Araxá. O projeto é fruto de um processo de estudo e resultados alcançados a partir da pesquisa no capítulo anterior explanados. Sendo assim, os conceitos que nortearam o projeto materializam-se a partir dos resultados obtidos, visto que os mesmos são essenciais para definição das soluções a serem adotadas. Neste sentido, para apresentar a proposta de intervenção explicar-se-á o caminho percorrido no desenvolvimento do projeto.

A primeira etapa concentrou-se na inserção urbana do conjunto habitacional, como o mesmo estaria inserido no espaço urbano respeitando as relações que as famílias já mantêm com o local e com o bairro. Para tanto, optou-se por escolher implantar o conjunto em uma área próxima a que os moradores vivem atualmente, distante cerca de 400 metros do local atual, como pode ser visualizado na Figura 35:



Figura 38: Área de implantação do conjunto.
Fonte: Google Earth

Dentre os fatores que motivaram a escolha do terreno estão: a proximidade com o local que os moradores residem atualmente; a permanência das moradias na

orla do bairro; a possibilidade da abertura de uma nova via de entrada e saída facilitando a circulação no conjunto e no bairro, conectando as habitações propostas a orla reestruturada; e a proximidade com os equipamentos esportivos do complexo do Araxá. Motivos estes esquematizados na figura abaixo.

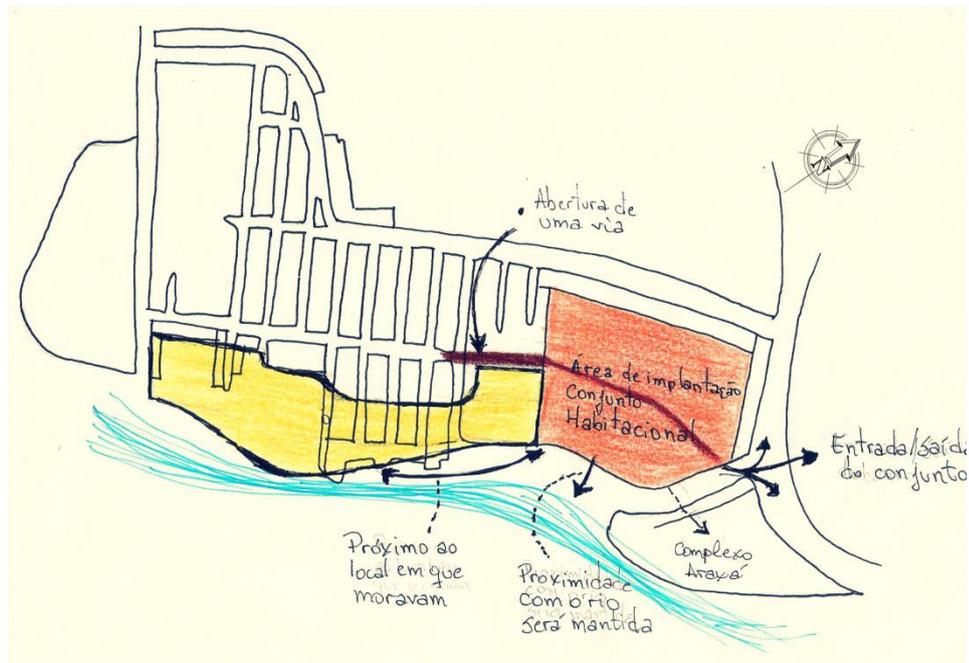


Figura 39: Croqui esquemático dos fatores positivos do terreno
Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Definido o lote estudou-se de que forma o conjunto poderia ser implantado no mesmo. O traçado procurou levar em consideração a vegetação natural já existente na área, sobretudo as de grande porte. Desta forma, foi definida uma grande área verde que cortará todo o conjunto e preservará algumas espécies vegetais, além de ser dotado de mobiliário urbano, como bancos, lixeiras, pergolado dentre outros. Neste espaço também foi previsto um local reservado à implantação de um centro comunitário, ambiente que os moradores poderão utilizar para reuniões e eventos por eles programados. Em seguida foram definidos os 87 terrenos nos quais serão implantadas as residências e foram distribuídas pelo conjunto áreas destinadas ao uso comercial, para que os moradores da comunidade possam continuar, ou iniciar atividades comuns na área como pequenos mercantis, batedeiras de açaí, dentre outros.

O estudo de implantação do conjunto também previu um espaço com deck e rampa de acesso ao rio, a ser explanado posteriormente. Desta forma, o resultado final para o traçado foi definido da seguinte forma (Figura 40):

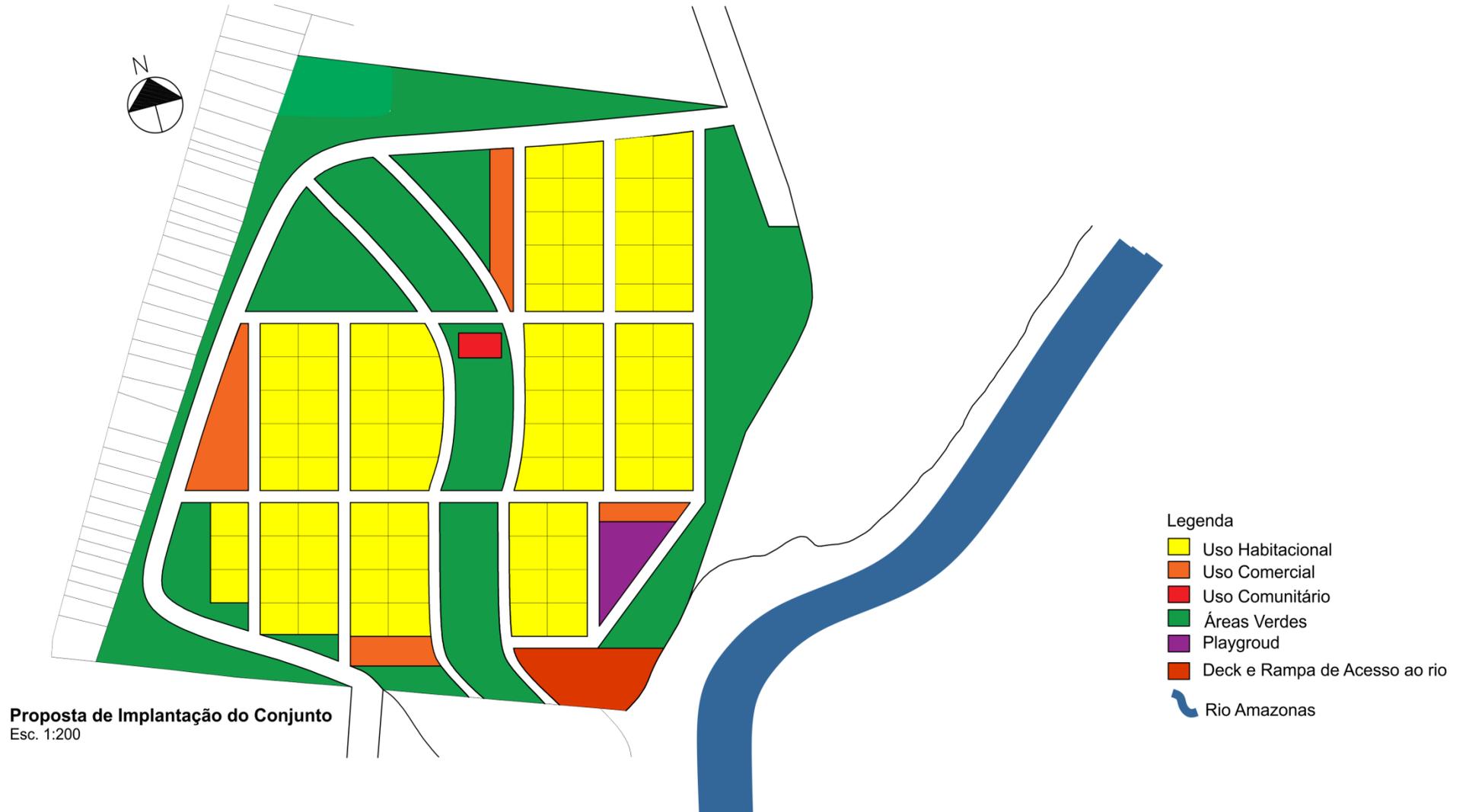


Figura 40: Proposta de Implantação do Conjunto
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

No que tange o sistema viário foi definido somente uma via para o tráfego de automóveis (Figura 41), enquanto as demais, de acesso às moradias, serão para circulação exclusiva de pedestres e bicicletas (Figura 42). Tal estratégia pauta-se nas características das quais os moradores envolvidos já estão habituados, visto que, as vias em os mesmos trafegam circulam somente pedestres e bicicletas (ou em raras vezes motocicletas). Ressalta-se que as áreas verdes, nas adjacências da única rua com tráfego de carro, terão estacionamento, para o caso de haver necessidade de estacionar próximo as residências. Esta hierarquia viária é exposta na Figura 43.

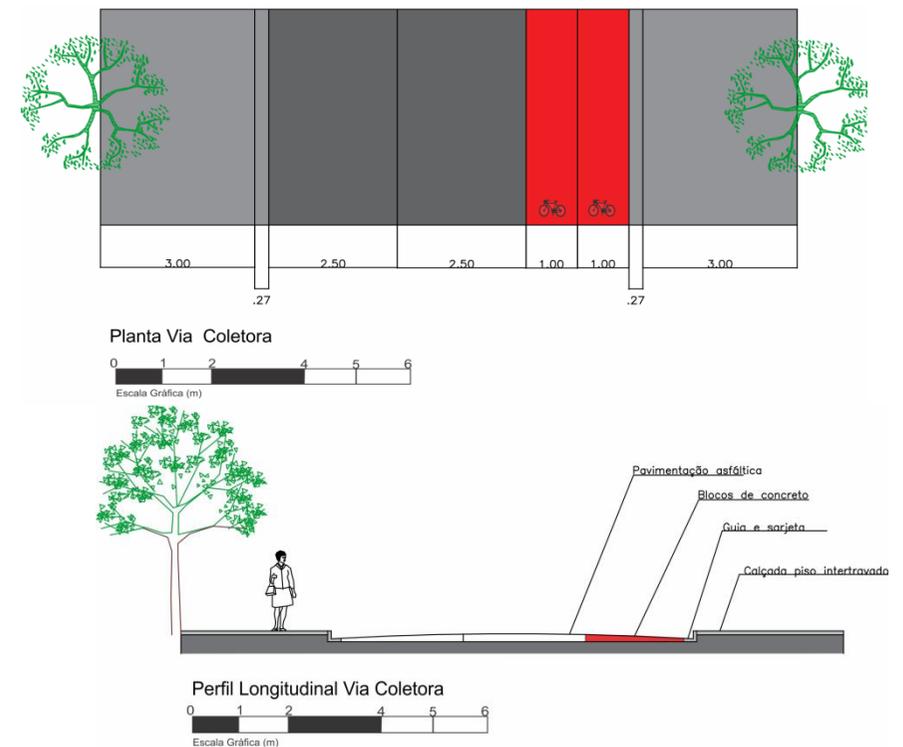


Figura 41: Vias Coletoras
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

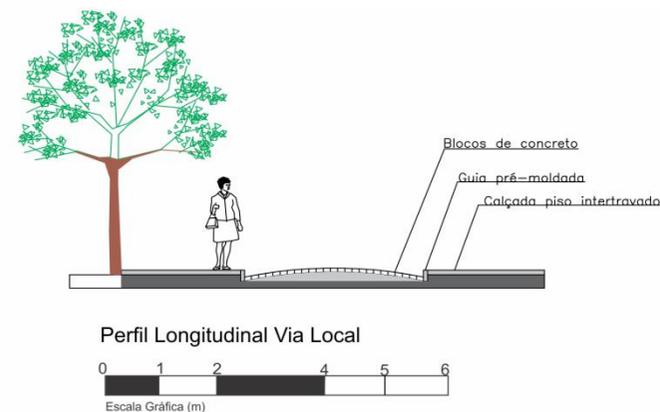


Figura 42: Vias Locais
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

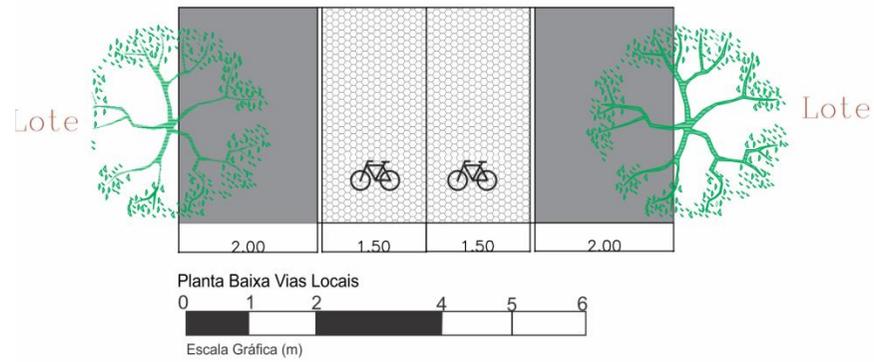




Figura 43: Sistema viário do conjunto Beira-Rio
Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A segunda etapa de estudo consistiu no desenvolvimento das propostas arquitetônicas para as habitações. No que tange as mesmas, procurou-se levar em consideração elementos já presentes na arquitetura das casas dos moradores da área de estudo. Assim sendo, duas características peculiares foram respeitadas: o pátio, comum na maioria das casas ribeirinhas, e a sala e a cozinha conjugadas, sem divisões, como foi constantemente encontrado nas moradias da área estudada. Assim, permite-se ao futuro morador a criação do layout à sua maneira, sendo possível inclusive a típica divisão por móveis entre os ambientes. Foi constada a necessidade de desenvolver duas tipologias habitacionais, tendo em vista o número de pessoas que habita cada residência, sendo assim, 59 casas são do tipo 1 (Figura 44) e 28 do segundo modelo.

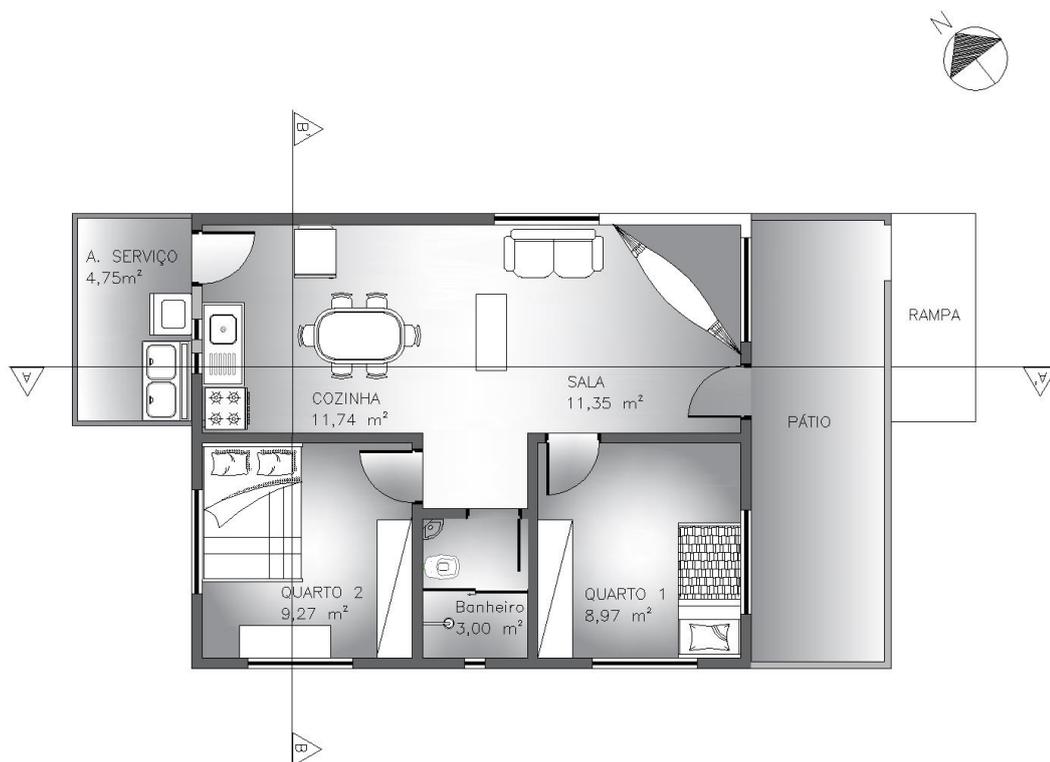
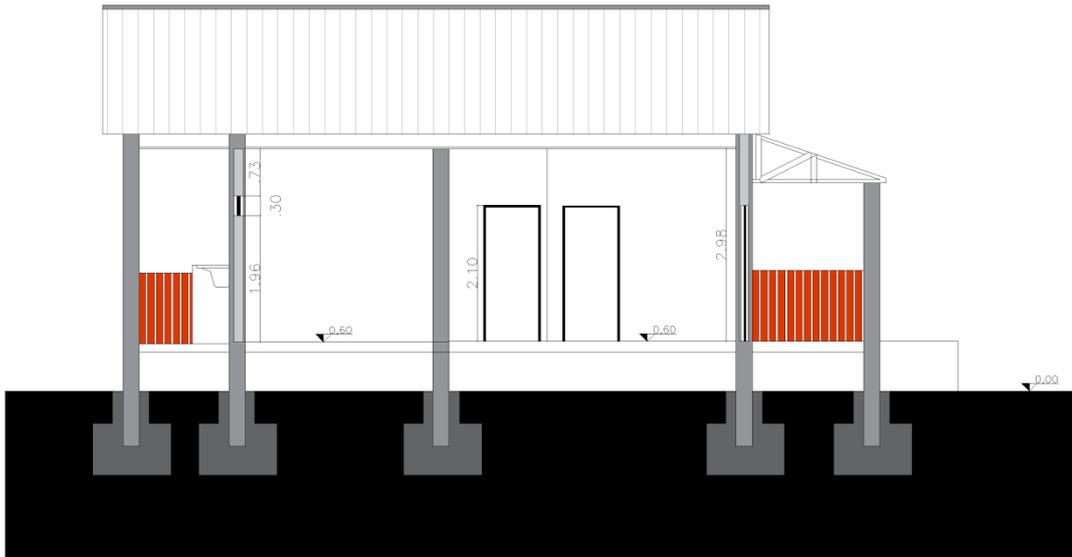


Figura 44: Planta Baixa Habitação tipo 1 (Esc. 1:200)
Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

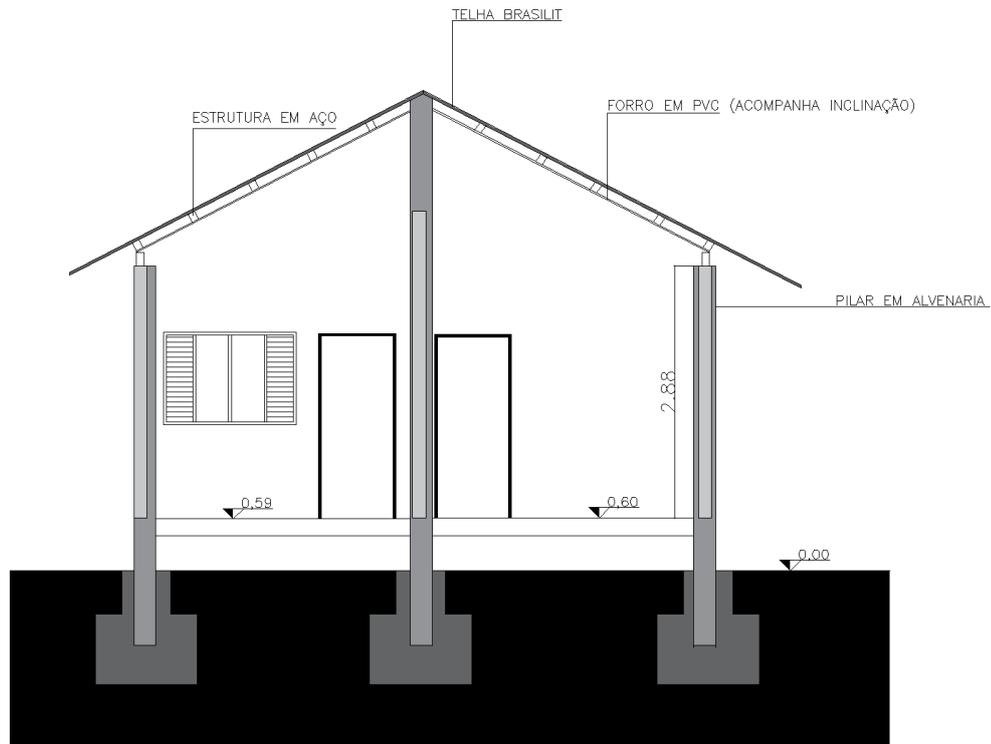
As fundações serão feitas por meio de blocos, este elemento construtivo permitirá a implementação de mais uma característica das habitações estudadas: a elevação do nível do solo. Sendo assim, as moradias estarão a 60 centímetros acima da superfície do terreno, que poderá inclusive ser aproveitado para o desempenho

térmico da edificação, pois isso permitirá uma melhor circulação dos ventos entre as casas. Em razão desta elevação, o pátio e a área de serviços serão envoltos de um guarda-corpo em madeira, e o acesso à casa será por meio de uma rampa na parte frontal da habitação. Estas características podem ser visualizadas nos Cortes AA' e BB' e nas fachadas que seguem nas figuras abaixo:



CORTE AA'
ESC. 1:200

Figura 45: Corte AA' habitação tipo 1
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.



CORTE BB'

ESC.1:200

Figura 46: Corte AA' habitação tipo 1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

As maiores fachadas estão no sentido norte-sul, para que a incidência solar não interfira no conforto da edificação, e as aberturas estão orientadas a norte, nordeste e leste, para receber ventilação.

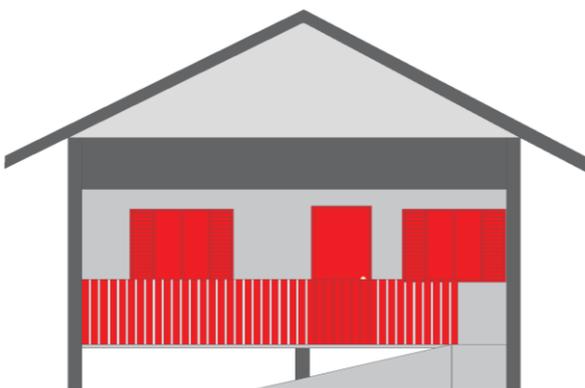
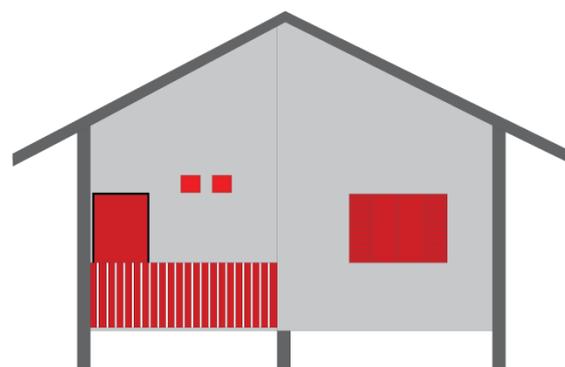
Figura 47: Fachada frontal da habitação tipo 1
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.Figura 48: Fachada posterior habitação tipo 1
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.



Figura 49: Fachada lateral direita habitação tipo 1
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

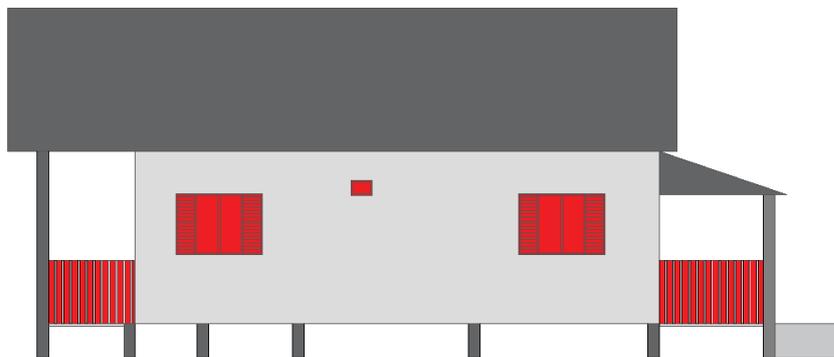


Figura 50: Fachada lateral esquerda habitação Tipo 1
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

A segunda tipologia habitacional, diferencia-se por haver 3 quartos, no que tange as outras características, a mesma segue as mesmas da habitação anteriormente explanada, como pode ser visualizado nas imagens a seguir.

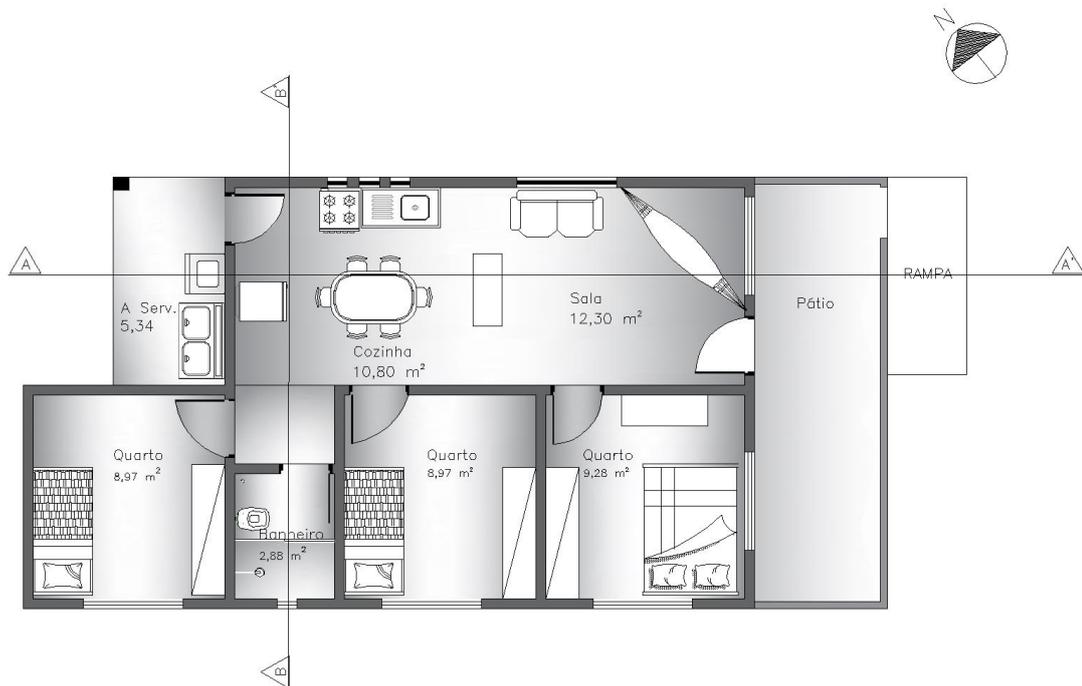
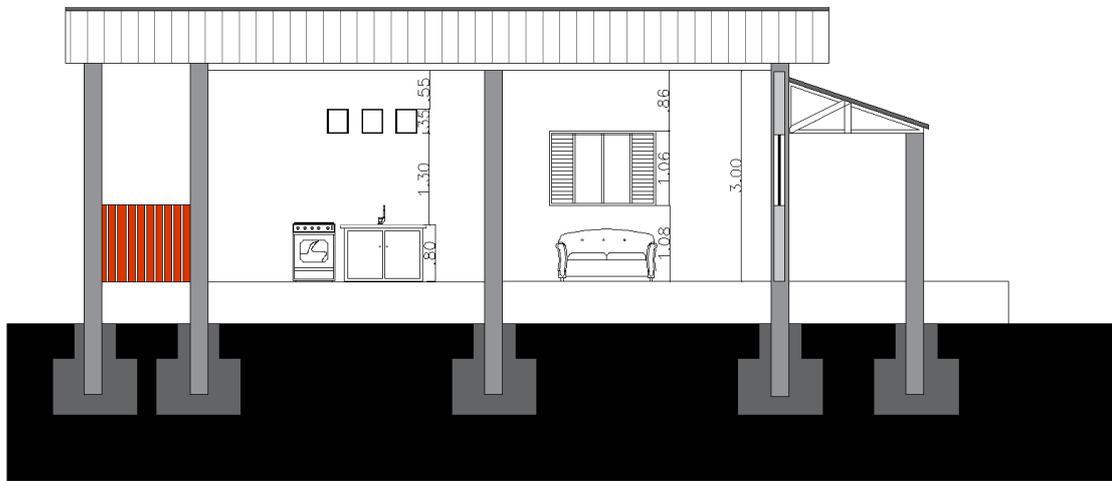


Figura 51: Planta Baixa Habitação tipo 2 (Esc. 1:200)
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.



CORTE AA'
 Esc. 1:200

Figura 52: Corte AA' Habitação tipo 2
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

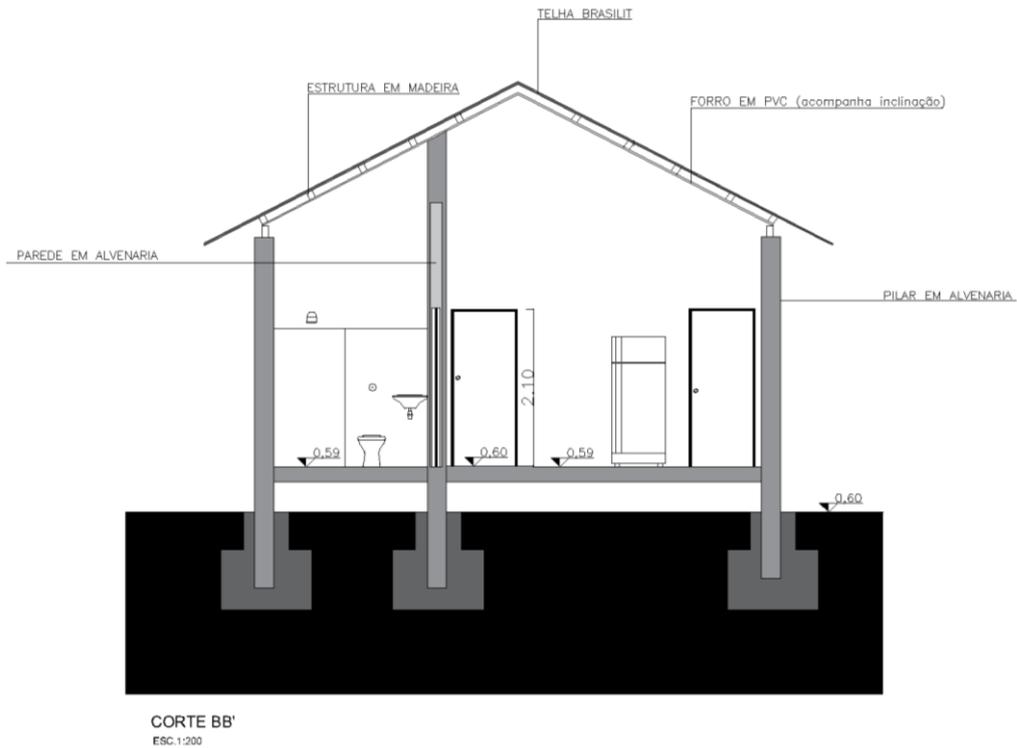


Figura 53: Corte BB ' Habitação tipo 2
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

A fachada frontal do segundo modelo de habitações não difere da primeira tipologia, havendo diferenciação somente nas fachadas posterior, direita e esquerda (Figuras):

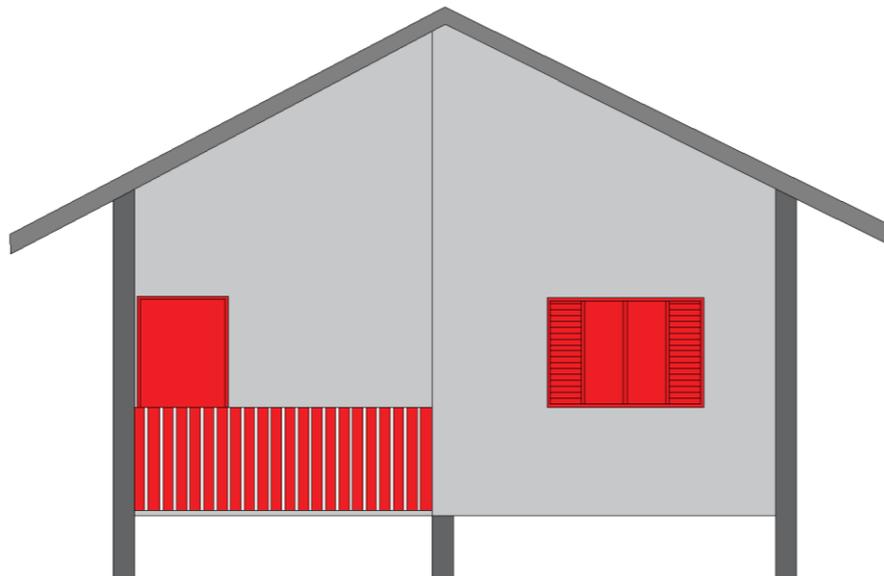


Figura 54: Fachada posterior habitação tipo 2
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

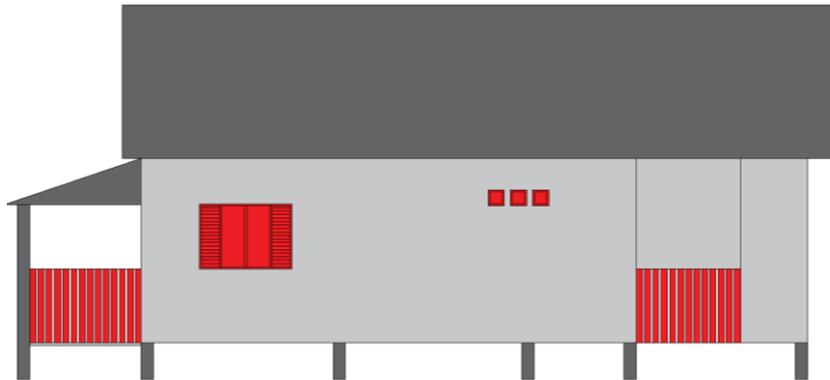


Figura 55: Fachada lateral direita habitação tipo 02
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.



Figura 56: Fachada lateral esquerda habitação tipo 02
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

3.3.3. Infraestrutura do Conjunto Habitacional

A seguir serão expostas algumas características que dizem respeito à infraestrutura prevista para o conjunto Beira-Rio. No que tange o fornecimento de água e energia elétrica, ambos serão feitos de forma convencional, através das companhias responsáveis pelo serviço. Para a drenagem é proposto um sistema alternativo com biovaletas, alocados nas áreas verdes localizadas nas extremidades leste e oeste do conjunto, indicados na Figura. As biovaletas consistem em valas vegetadas que recebem o escoamento superficial e limpam a água da chuva através de sua vegetação, em seguida direcionam as mesmas para as galerias de drenagem convencional. Este sistema foi proposto por aumentar o tempo de escoamento e limparem as águas pluviais antes de chegarem ao seu destino final.



Figura 57: Localização das biovaletas de auxílio na drenagem
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

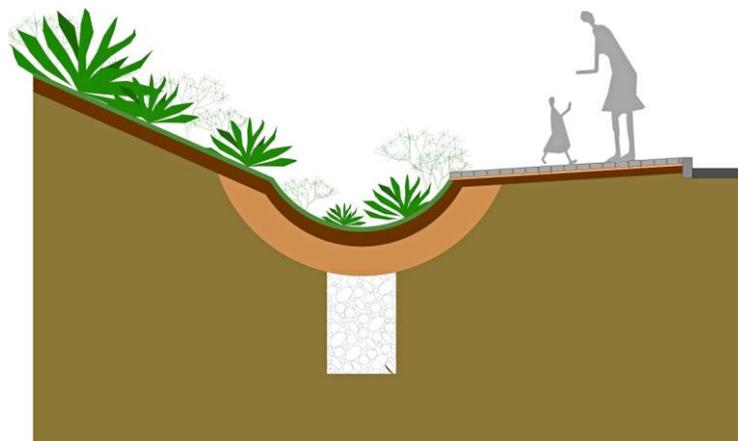


Figura 58: Corte esquemático da biovaleta
 Fonte: Villela e Alito (2007)

As vias serão em sua maioria pavimentadas com blocos de concreto (Figura 59), assim como as calçadas. Dentre as vantagens deste tipo de pavimentação estão o fato de não impermeabilizar o solo, visto que são assentados sobre areia ou pó de pedra, auxiliando na drenagem do conjunto; o conforto térmico, pois os blocos absorvem menos calor que demais tipos de pavimentação; a possibilidade de retirar os blocos para troca ou manutenção de tubulações enterradas, podendo recoloca-los posteriormente, além de diversidade estética quando suas formas e cores. Somente

a via coletora será pavimentada com asfalto, sendo única avenida do conjunto que terá tráfego de veículos automotores.



Figura 59: Modelos de blocos de concreto para pavimentação

Fonte: Disponível em <http://www.artefatosdelta.com.br/piso-intertravado-bloquete>

3.3.4 Relação entre moradores e o rio

Os resultados obtidos através da pesquisa de campo demonstraram que há uma relação entre os moradores da área e o rio, que vai além de um elemento contemplativo, mas utilizado cotidianamente, sobretudo nas atividades que envolvem o lazer dos mesmos, sendo comum a utilização para o banho e a prática de futebol (em dias de baixa maré) nas margens do rio. Desta forma, a proposta de intervenção inclui a implantação de infraestrutura para que esta relação existente não seja quebrada, prolongando as duas vias que passam ao lado da área verde que corta o conjunto, para que ao fim as mesmas se tornarem um declive que dá acesso direto ao rio, e nas laterais decks com bancos e mesas (Figura 60). Tal proposta pauta-se ainda no resgate de uma memória histórica de um local que já foi muito utilizado como balneário.

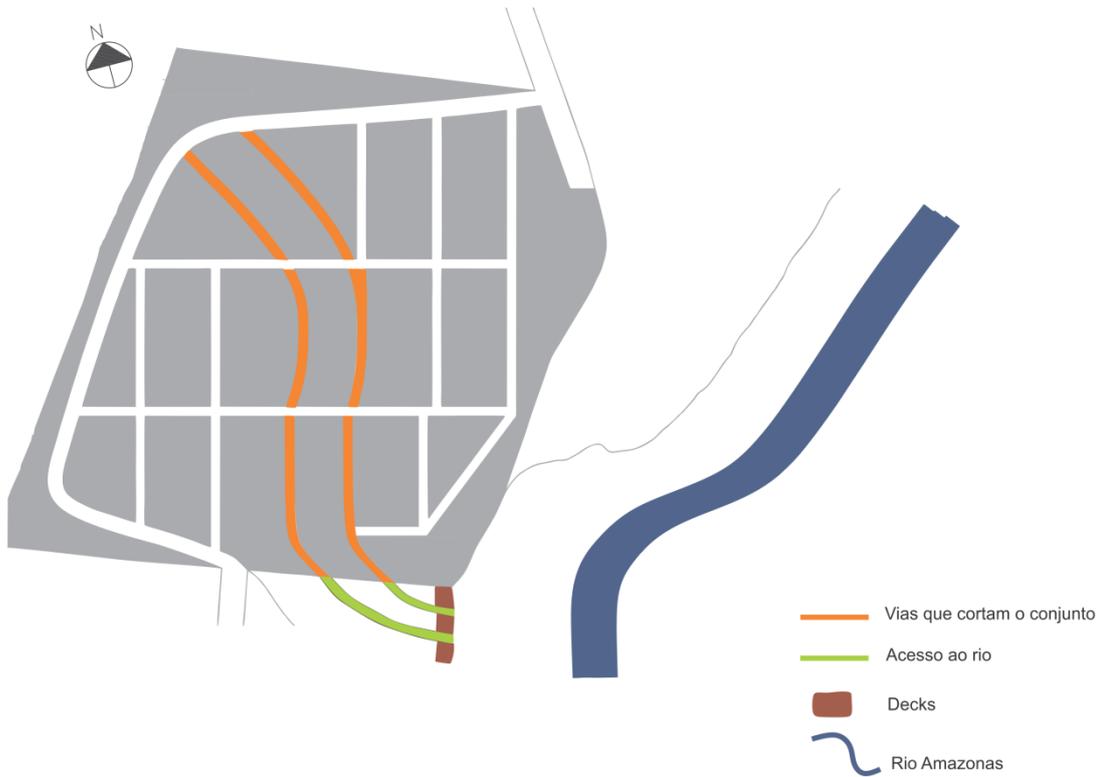


Figura 60: Proposta para acesso ao rio
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2015

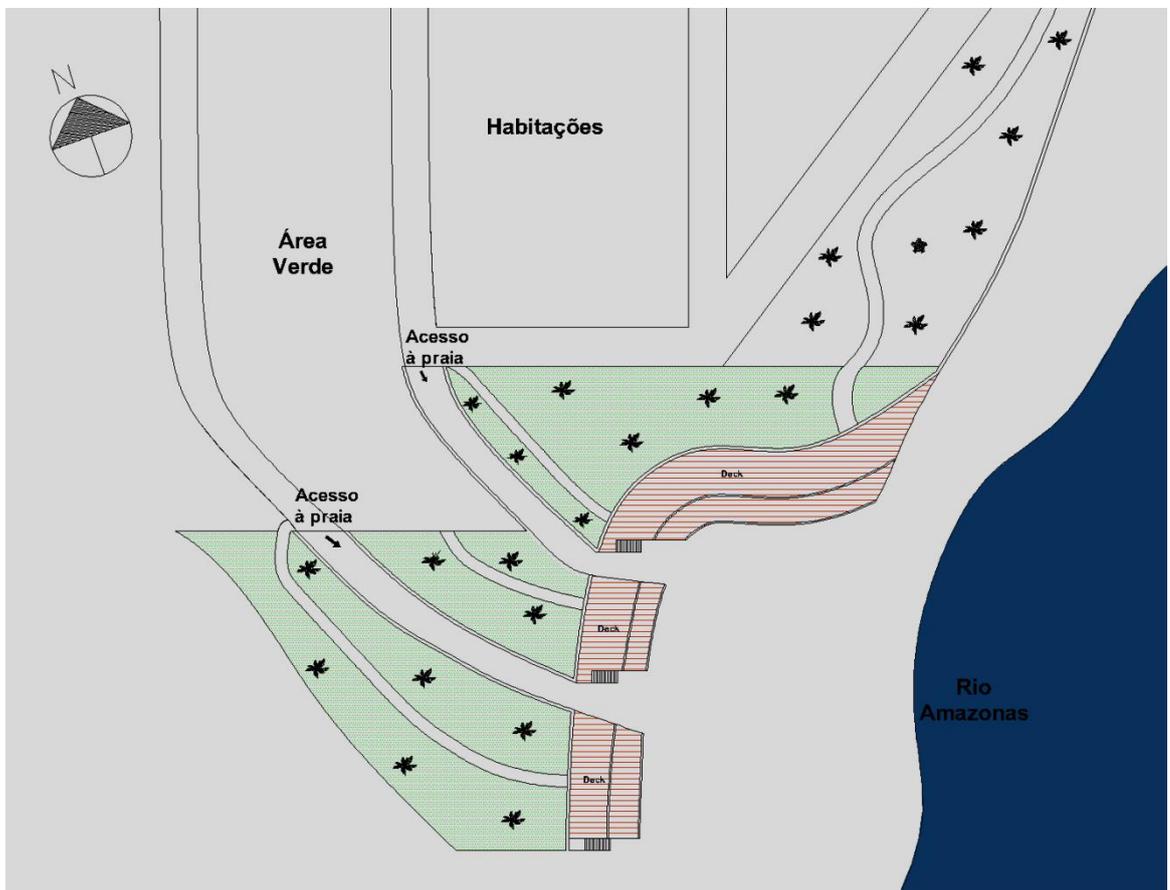


Figura 61: Implantação da proposta de acesso (Esc. 1:200)
Fonte: Elaborado pelo autor.



Figura 62: Perspectiva Deck e rampa de acesso à praia
Fonte: Elaborado pelo autor.



Figura 63: Perspectiva da praia
Fonte: Elaborado pelo autor.
Elaborado pelo autor.

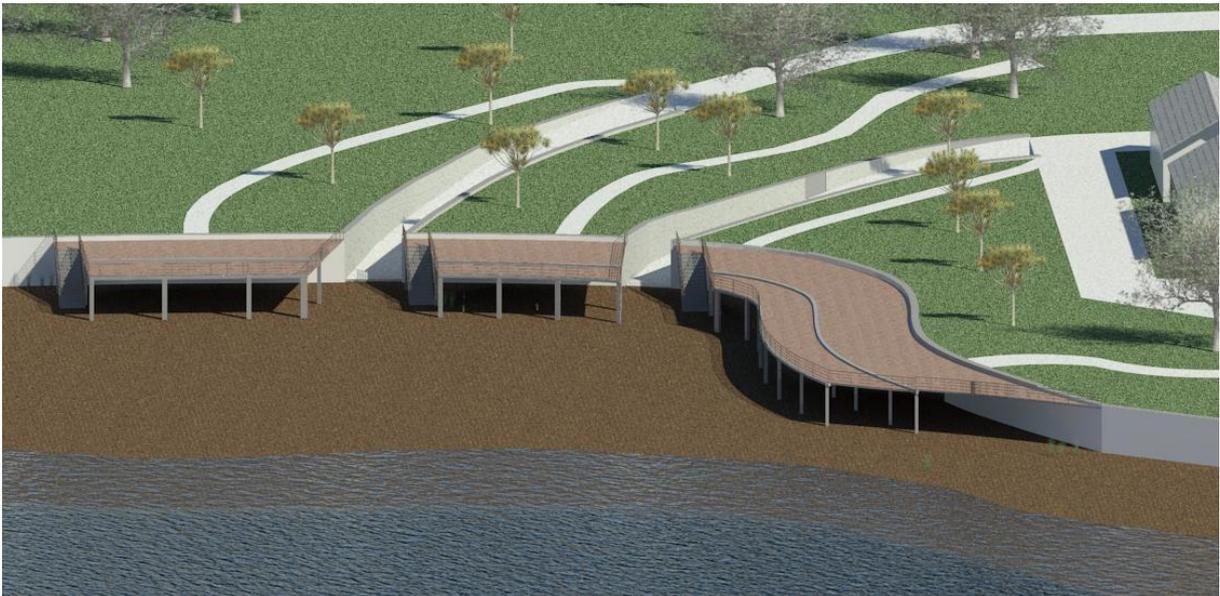


Figura 64: Perspectiva da praia
Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.5 Áreas Verdes do Conjunto

O traçado do conjunto habitacional foi pensado de maneira a respeitar a vegetação já existente no lote, sendo assim, algumas espécies presentes nas áreas verdes já estão plantadas há bastante tempo, sendo atualmente de grande porte, como é o caso das mangueiras (*Mangifera Indica*) e cajueiros (*Anacardium Occidentale L.*), contribuindo para o sombreamento da área. No entanto, tais espécies não estão bem distribuídas no lote, desta forma, foi alocada pelas áreas verdes Oitis (*Licania tomentosa*) para contribuir no provimento de sombra no conjunto. Como área é bastante ventilada e a vegetação existente e proposta irão gerar sombra de maneira satisfatória outras espécies foram implantadas no sentido de gerar beleza estética ao conjunto, como é o caso dos ipês amarelos e das ixoras, estas últimas pensadas de maneira a criar cercas vivas. Na faixa de orla, próximo a praia foram distribuídas espécies de palmeiras regionais como o açai e o buriti. A composição final pode ser visualizado na prancha 06 em anexo. Desta forma, a implantação final do terreno, com todos os elementos anteriormente exposto como habitações, decks, áreas verdes, configura-se da seguinte forma:



Figura 65: Implantação Geral do Conjunto Beira-Rio
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

O que demonstra preocupação com as áreas verdes, distribuição de equipamentos urbanos e espaços de convivência por todo o conjunto, além de manter e valorizar a relação dos moradores com o rio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As configurações urbanas que caracterizam as cidades são frutos das ações de uma série de agentes responsáveis por práticas sociais determinantes para a construção do espaço urbano. A proliferação das favelas, a urbanização seletiva e degradação de meio natural, são consequências de ações bem pensadas dos que detêm poder de decisão na cidade. Os espaços desiguais onde os menos privilegiados moram em áreas desprovidas de serviços públicos mínimos, apontando para um alto grau de deterioração do meio ambiente e caracterizado por casas que sem condições dignas de habitabilidade, são os nítidos exemplos do quão grande é o poder dos agentes que definem tais espaços.

O processo de urbanização e a conseqüente expansão urbana das cidades brasileiras foram acontecimentos que corroboraram no atual cenário urbano das mesmas, sobretudo se analisado casos específicos, como foi o caso deste trabalho que estudou as mudanças ocorridas no espaço amapaense.

Constata-se que as mudanças ocorridas, inicialmente em 1940 com a implantação de projetos de exploração mineral, e décadas depois com elevação do Território à Estado e a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, contribuíram para o aumento populacional e da malha urbana da cidade, que intensificou o processo de ocupação das margens do rio e das áreas de ressaca.

Ressalta-se ainda que a escolha do Estado em não agir frente ao surgimento dos problemas urbanos e ambientais contribui para a construção de uma cidade caracterizada pela desigualdade, facilmente visualizado no contexto macapaense aqui discutido. A política adotada de não assistir as pessoas que vivem nessas áreas apenas agravou a situação das mesmas e dos locais onde vivem.

No caso das moradias às margens do Rio Amazonas e das áreas de ressaca, a escolha de não planejar e não adotar políticas mitigadoras dos problemas sociais para estas áreas contribuiu na efetivação de um espaço sem infraestrutura urbana, caracterizado pela pobreza, violência e degradação ambiental.

Tais considerações percebidas na pesquisa de campo que mostrou habitações predominantemente precárias, grande quantidade de lixo encontrada no local, falta de equipamentos sociais e o acesso ilegal a serviços públicos.

Outra informação evidenciada na pesquisa diz respeito a população habitante na área, onde constatou-se que a maioria, percentual de 63%, são de origem paraense, imigrantes vindos sobretudo das regiões ribeirinhas, das ilhas deste Estado.

No que tange a problemática levantada no projeto de pesquisa, a investigação demonstrou que a maioria dos moradores não se mostra satisfeito com a atual proposta de intervenção. Dentre os entrevistados, 95% não gostariam de sair da área por conta de relação já existente com a mesma após anos morando no local.

O que nos permite concluir que as atuais propostas pensadas no contexto urbano macapaense estão dissociadas e alheias ao anseio dos envolvidos nas áreas de intervenção. Mostrando-se assim um planejamento antidemocrático, que abre mão da participação comunitária, em razão das vontades dos agentes que detêm poder de decisão e transformação em larga escala do espaço urbano.

É neste sentido que foi aqui proposto uma intervenção que se aproximasse mais da vontade popular dos envolvidos na área de estudo, a fim de mostrar que ao se ouvir a comunidade pode-se melhorar as propostas intervencionistas atualmente existentes.

No que tange a temática da habitação de interesse social, neste trabalho explanado e no projeto arquitetônico proposto, ressalta-se repensar a produção de moradias que tem sido produzido há anos pelos diversos órgãos das esferas governamentais.

Apesar de pontuais acertos e avanços nas discussões acerca das questões sociais e arquitetônicas que envolvem habitação popular, ainda há a necessidade de melhorar em ambas os conjuntos habitacionais populares, visto que ainda é grande a ocorrência de projetos mal concebidos, no que tange uma arquitetura de qualidade e que realmente se aproxime das necessidades das famílias que irão residir nos conjuntos.

Cabe ainda enfatizar a necessidade de discutir certas determinações previstas por Lei para o provimento de habitação de interesse social, como por exemplo, a priorização na questão financeira, a reduzida metragem das casas, o uso limitado de determinados matérias, como é o caso da madeira, dentre outras, que limitam os projetos arquitetônicos e que reduzem a possibilidade de oferecer moradia adequada às famílias que precisam.

Faz-se ainda necessário ratificar que é preciso vislumbrar cada vez mais a implementação de políticas que assistam os moradores de áreas como a do bairro Araxá, realmente interessadas em mudanças sociais. Contudo, vale destacar que este é um problema que além de envolver políticas públicas tange o sistema vigente que é desigual e proporciona o surgimento de espaços igualmente desiguais, sistema este que trabalha junto às políticas na obtenção de seus interesses sem preocupação com as questões sociais.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Cintia Maria. **Sustentabilidade: caminho ou utopia**. São Paulo: Annablume, 2006.
- AMARAL, Silvana. CÂMARA Gilberto. MONTEIRO, Antônio Miguel Monteiro. **Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia**. Relatório Técnico, 2001.
- ANDRADE, Rosemary Ferreira de. **Malária e migração no Amapá**: projeção espacial num contexto de crescimento populacional. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), 2008.
- AZEVEDO, Sérgio. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In. AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano G. de (orgs.). **A crise da moradia nas grandes cidades** – da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.1999.
- BAIARDI, Yara C. L. **Análise arquitetônica de unidades habitacionais de interesse social em uma perspectiva comparada** In: Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC Florianópolis, SC. julho, 2006.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. 6º ed. Rio de Janeiro: Ática, 1998.
- BECKER, B. K. **Uma nova regionalização para pensar o Brasil**. In: LIMONAD, E. et all (Orgs.) Brasil século XXI?- Por uma nova regionalização? Agentes, processos e escolas. São Paulo: MAX Limonad, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Ed. Ática, Série Princípios, 3ª edição.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução Beatriz Medina –São Paulo: Boitempo, 2006.
- DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli Ramos. **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999.
- DRUMMOND, J.A.: **Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico** - o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá). História, ciências, saúde-Maguinhos, vol. VI (suplemento),p.757, Setembro 2000.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. UEMURA, Margareth. **Política urbana**. – produzida apostila avulsa do curso a distância “Ações integradas de urbanização de assentamentos precários” promovido pelo Ministério das Cidades.
- FIX, Mariana; ARANTES, Pedro Fioro. **Minha Casa, Minha Vida**: uma análise muito

interessante. 2009. Disponível em: <http://turcoluis.blogspot.com/2009/08/minha-casa-minhavidaaanalise-muito.html> . Acesso em? 12/12/2014.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. – 3 reimpre. – São Paulo. Atlas, 2010.

HOGAN, Daniel Joseph. **Mudança ambiental e o novo regime demográfico**. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE “**Aglomerados subnormais, primeiros resultados**”; Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf. Consultado em: 07/06/2013.

LAGO, Luciana Corrêa do; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **A casa própria em tempo de crise: os novos padrões de provisão de moradias nas grandes cidades**. In. AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano G. de (orgs.). A crise da moradia nas grandes cidades – da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.1996.

LUNA, Verônica Xavier. **Escravos em Macapá, Africanos redesenhando a Vila de São José 1840 – 1857**. João Pessoa – PB. Editora Sal da Terra, 2011.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E.M. Metodologia do Trabalho Científico. Ed. Atlas. São Paulo, 2007.

MAGLIO, Ivan Carlos; PHILIPPI JR. **Arlindo. Planejamento ambiental: metodologia e prática de abordagem**. In: PHILIPPI JR., Arlindo. (Ed.). Saneamento, saúde e ambiente. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 663-688.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. Série Espaço & Debate. 3ºed., São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidade alternativas para crise urbana** – Petrópolis, 2001.

MARQUES, Heitor Romero. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico** [et al.]. – Campo Grande: UCDB, 2006.

MOTA, Francisco Suetônio Bastos. **Conhecimentos para Promoção do Saneamento, Saúde e Ambiente**. In: PHILIPPI JR., Arlindo. (Ed.). Saneamento, saúde e ambiente. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 809-832.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e direito à cidade**, 2011. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf>. Acessado em: 07 nov. 2014.

NERI, Sara Heloiza Alberto. **“A utilização das ferramentas de geoprocessamento para a identificação de comunidades expostas a hepatite nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/AP”**. Dissertação de Mestrado em ciências em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.coc.ufrj.br/index.php/dissertacoes-de-mestrado/104-2004/1900-sara-heloiza-alberto-neri#download>. Consultado em: 05/08/2013.

PAULO, Rodolfo Fares. **O desenvolvimento industrial e o crescimento populacional como fatores geradores do impacto ambiental**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.7 n.13/14 p.173-189 Janeiro/Dezembro de 2010.

PECHMAN, Robert M.; RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. **O que é questão da moradia**. Coleção Primeiros Passos, nº92. São Paulo: editora Brasiliense 1983).

PENNA, Nelba Azevedo. **“A questão urbano ambiental: política urbana e gestão da cidade”**. Anais do X encontro nacional da Anpur.

PORTO, Jadson Luis Rebelo. Amapá: **Principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. 2. Ed. Macapá: Edição do Autor, 2006.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. Milton Santos. – 5 ed., 1 reimpre. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Keila Andréa Araújo Costa dos Santos. **Análise socioambiental da ocupação urbana da área do Aturiá. Macapá-AP**, 2010.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**. 5. ed. Editora Valcan. Macapá- AP:1998.

SANTOS, Elizeu Corrêa dos. **A Modernização do Centro Antigo De Macapá (1943/2005): Políticas Públicas desmemoriadas e superficiais / Elizeu Correa dos Santos**. - Macapá, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Unesp, 2004.

TOSTES, José Alberto. **Planos diretores do estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional**. Série Arquitetura e Urbanismo na Amazônia. Macapá-AP, Tostes, 2006.

STEINBERGER, M. “**Território, ambiente e políticas públicas espaciais**”. In: Marília Steinberger (org.). **território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE, 2006.

Relatorias do Ministério dos Transportes e da Secretaria de Portos, 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/E4B1AB8F/gt_dragagem_relatoriaMTeSEP.pdf> Acesso em 13 dez. 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169–243.